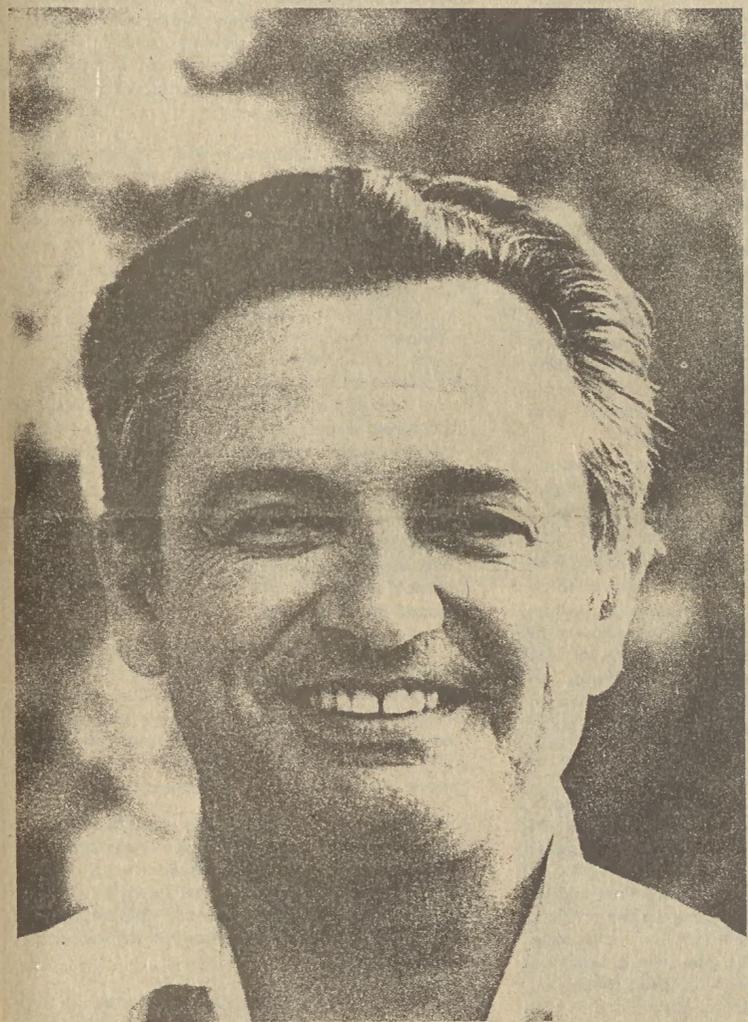


PARA GARANTIR UMA SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Quarenta mil pessoas no comício de abertura da campanha eleitoral do camarada Octávio Pato em Lisboa • As comissões de apoio nacional e distritais à candidatura promovida pelo PCP integram já perto de um milhar de democratas de várias tendências • Constituídas dezenas de comissões concelhias, centenas de comissões de freguesia e de empresa • Todo o Partido mobilizado numa grandiosa campanha de esclarecimento

OCTÁVIO PATO



Editorial

VOTAR UTILMENTE PELA DEMOCRACIA E PELO SOCIALISMO

A importância das próximas eleições para a Presidência da República excede largamente o acto de escolha de quem ocupará aquele cargo.

Primeiras eleições para a Presidência da República realizadas no Portugal democrático, efectuando-se dois meses após as eleições para a Assembleia da República, o acto eleitoral que se avizinha não constitui apenas a escolha de um homem para desempenhar um cargo cujas atribuições e poderes são definidos pela Constituição: constitui também uma batalha política que se insere em todo o processo de institucionalização do novo regime e da democratização da vida nacional.

As próximas eleições consolidarão as condições para a aplicação em Portugal de uma política de esquerda ao serviço dos trabalhadores e do Povo português ou constituirão um contributo para uma política de direita que abra as portas à recuperação capitalista.

O único voto que eficazmente pode definir e determinar uma opção por uma política de esquerda é o voto no candidato apresentado pelo PCP, é o voto em Octávio Pato.

OS APOIOS DE DIREITA AO GENERAL EANES

A corrida oportunista dos apoios à candidatura do general Ramalho Eanes por parte das forças da direita reacçãoária e dos grupelhos neonazis retirou àquela candidatura a clareza programática, a clareza de definição política que seria indispensável.

(Continua na pág. 2)



COM ÁLVARO CUNHAL SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Nos últimos dias, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se a várias regiões do País onde, integradas na grande jornada de esclarecimento que tem constituído a campanha eleitoral do camarada Octávio Pato, se realizaram sessões, visitas a locais de trabalho e outras iniciativas com grande participação popular.

Em todo o lado, a nota dominante foi a participação das massas, a adesão às posições do nosso Partido relativamente às eleições presidenciais, o amplo movimento de apoio que se alarga a sectores cada vez mais vastos das classes trabalhadoras e do povo em geral.

Sempre rodeado pelo carinho e o entusiasmo populares, Álvaro Cunhal dialogou com comunistas e outros democratas, respondeu a perguntas e a dúvidas, desenvolveu os grandes objectivos a que obedece a posição do Partido Comunista Português na actual conjuntura. As suas palavras foram compreendidas.

E novas jornadas se avizinharam. Até ao fim do período da campanha, muitas outras iniciativas estão programadas com a participação de Álvaro Cunhal e outros camaradas da direcção do Partido (ver página 2).

Cada vez mais portugueses vêem no PCP o partido responsável que luta hoje, como sempre lutou, por um objectivo fundamental: a conquista da verdadeira liberdade e da verdadeira democracia, a abolição da exploração do homem pelo homem.

CADA MILITANTE UM ESCLARECEDOR

Para além da vasta campanha de apoio à candidatura em que organizadamente participa, cada militante comunista é um esclarecedor da necessidade e das razões desse apoio, junto de todos os que vivem à sua volta — na fábrica, na escola, na rua e nos locais de convívio.

UMA CAMPANHA ELEITORAL INDEPENDENTE, CLARA E CONVINCENTE

De Norte a Sul do País prossegue a campanha eleitoral do camarada Octávio Pato. Centenas e centenas de sessões, comícios, festas, concentrações se, por um lado, atestam a capacidade mobilizadora do PCP e de todos quantos apoiam a candidatura promovida pelo partido da classe operária, têm sido, por outro lado, um poderoso contributo para o reforço da unidade das forças democráticas, para o fortalecimento de laços de camaradagem e amizade entre os democratas, para o esclarecimento político do povo português, para a criação de condições que permitam a concretização de uma maioria de esquerda na Assembleia da República, a formação de um Governo de esquerda, a execução de uma política de esquerda. Novas iniciativas estão programadas! Avante por um grande movimento de apoio à candidatura de Octávio Pato

FESTA DA JUVENTUDE

parque
eduardo vii
início - 17.30h
dia 17

COM A PRESENÇA DE
OCTÁVIO PATO

ujc - uec



TEATRO
CANTO LIVRE
BAILE
RANÇOS FOLCLÓRICOS
COMES E BEBES

COM O PCP

GRANDE FESTA POPULAR

DOMINGO
20 DE JUNHO
- TODO O DIA -

A PARTIR DAS 10 HORAS:
DESPORTO INFANTIL
ACTIVIDADES JUVENIS
MERCADO AGRÍCOLA
EXPOSIÇÕES
CINEMA • TEATRO
BANDAS • CANTO LIVRE
COMES E BEBES
COMÍCIO

ESTÁDIO NACIONAL
CÁMPUS DE TREINOS

o voto útil
OCTÁVIO PATO

A CAMPANHA DE NORTE A SUL

Nos próximos dias, realizar-se-ão muitas dezenas de comícios, sessões e outras iniciativas integradas na grande campanha de apoio à candidatura de Octávio Pato. Destacamos a seguir algumas das iniciativas a que estarão presentes os camaradas Álvaro Cunhal e Octávio Pato.

DE LISBOA A VILA FRANCA

Hoje, Octávio Pato partirá às 15 horas para uma digressão por Loures, Póvoa, Vialonga, Soc. Central de Cervejas, Mague, Alverca, Sobralinho, Alhandra, A-dos-Loucos, com chegada a Vila Franca prevista para as 19.30. Às 21 h. haverá um comício na Praça de Touros local, a que se seguirá outro em Sacavém, às 22.30.

ÁLVARO CUNHAL NO PORTO

Hoje também, o camarada Álvaro Cunhal participará, às 21.30, num grande comício a realizar no Palácio de Cristal, no Porto, a que também estarão presentes outros membros do Comité Central. Às 18 horas, o secretário-geral do PCP visitará, naquela cidade a EFACEC.

FESTA NO PARQUE EDUARDO VII

A União da Juventude Comunista e a União dos Estudantes Comunistas vão promover uma Grande Festa da Juventude no Parque Eduardo VII (junto ao parque infantil) no próximo dia 17, 5.ª-feira, a partir das 17.30 horas, em apoio à candidatura de Octávio Pato.

Do Programa, destacamos: Largada de balões, foguetes e Banda de música popular; quadros teatrais pelo Grupo de Teatro de Letras; 1.ª parte do Canto Livre com canções de Carlos Paulo, Roberto, Grupo Coral de Pioneiros e Grupo do Tojal; «A Força do Povo», peça de teatro dedicada a José Pedro Soares, pelo Grupo de Teatro de Montelavar; rancho folclórico da zona de Torres Novas e Alpiarça; 2.ª parte do Canto Livre, com José Jorge Letria, Fernando Tordo, Carlos Mendes, Samuel, Ary dos Santos, etc.; COMÍCIO COM OCTÁVIO PATO; CANDIDATO DO PCP À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; baile-convívio com um conjunto. Durante toda a Festa haverá «comes e bebes», diversões, concursos, etc.

Neste mesmo dia, à tarde, Octávio Pato visitará a Feira do Livro.

ÁLVARO CUNHAL EM TORRES VEDRAS

Também amanhã, quinta-feira realiza-se um comício em Torres Vedras, às 21 horas, a que estará presente o camarada Álvaro Cunhal.

FIGUEIRA DA FOZ E COIMBRA

Na sexta-feira, Octávio Pato estará à tarde na Figueira da Foz, seguindo depois para Coimbra onde, a partir das 20 h. haverá no Parque da Cidade, jantar, festa e comício.

A. CUNHAL E O. PATO EM SETÚBAL

No sábado, no Estádio do Bonfim, em Setúbal, Álvaro Cunhal e Octávio Pato participarão num grande comício que terá início às 18.30. Nesse mesmo dia, o secretário-geral do PCP estará às 15 h. em Almeirim e às 21.30 em S. Domingos de Rana, enquanto Octávio Pato visitará às 15 h. Sesimbra e às 17 h. Palmela.

FESTA NA MATA DE BENFICA

Organizada pelo Centro de Trabalho de Benfca do PCP, pela UJC, pela UEC e pelos Pioneiros, realiza-se no próximo sábado, dia 19, das 10 às 20 horas, uma grande festa do nosso Partido na Mata de Benfca. Do programa constam um piquenique, uma sessão de canto livre e um comício, que contará com a presença de um camarada do Comité Central.

ÁLVARO CUNHAL EM ÉVORA E PORTALEGRE

No próximo domingo, dia 20, o camarada Álvaro Cunhal estará presente e usará da palavra num grande comício a realizar em Évora, às 17 horas. Proceder-se-á à análise da situação política e ao debate dos grandes objectivos da candidatura de Octávio Pato. Álvaro Cunhal visitará também o Couço e às 21 h. participará num comício em Portalegre.

FESTA POPULAR NO ESTÁDIO NACIONAL

O Estádio Nacional (campo de treinos) será no próximo domingo o cenário de uma Grande Festa Popular, que culminará com um comício a que estarão presentes José Magro e Georgete Ferreira. A partir das 10 h. da manhã haverá desporto, exposições, actividades juvenis, bandas, cinema, teatro, «comes e bebes» e ainda um mercado agrícola.

OCTÁVIO PATO NO NORTE

O camarada Octávio Pato estará presente no domingo, às 17 h. numa Festa Popular a realizar no Porto. Também à tarde, participará numa caravana com passagem por Vila do Conde, Póvoa e Esposende. Às 21.30, usará da palavra num comício em Viana do Castelo.

Editorial

VOTAR UTILMENTE PELA DEMOCRACIA E PELO SOCIALISMO

(Continuação da pág. 1)

Independentemente do que venha a ser a actuação do general Ramalho Eanes no caso de vir a ser eleito Presidente da República, a convívência em torno da sua candidatura de forças democráticas e dos principais defensores do regresso de Portugal ao fascismo implica que o voto dado à figura do candidato perde significado, uma vez que forças políticas as mais díspares se podem reclamar dele, podem tentar usá-lo para a sua própria política.

Desde já o CDS e PPD exigem do candidato uma política de direita reclamando os dividendos dos «seus» votos e o PS reclama o apoio para a sua política invocando os «seus» votos que venham a contribuir também para a eleição.

A questão reside em que, nestas circunstâncias, entregues à eleição de um homem, esses votos não se definem politicamente, não contêm uma definição política e ficam à mercê das manobras que, antes e depois das eleições, tais partidos possam desenhar e concretizar nas costas do próprio Povo.

Esta confusão constitui exactamente um dos objectivos procurados pela direita ao apoiar um candidato que não é o seu, um candidato que a direita teve de aceitar após a derrota sofrida nas eleições para a Assembleia da República.

«Aliando-se» ao PS no apoio ao general Eanes, os partidos de direita reaccionária pretendem não só «misturar» os seus votos aos votos de uma formação democrática, tentando criar uma falsa maioria que lhes permita recolher trunfos políticos, mas igualmente, através do convívio ocasional proporcionado pela campanha, através dos compromissos e acordos de gabinete que durante ela e imediatamente após ela possam forçar, amarrar o PS à política da direita, afastá-lo da concretização daquilo por que o Povo português claramente optou nas eleições em que a perspectiva política e governativa estava claramente definida: a formação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República, abrindo caminho a um governo de esquerda e a uma política de esquerda.

O PARTIDO SOCIALISTA FACE À REACÇÃO

As posições assumidas pela direcção do Partido Socialista insistindo na constituição de um governo minoritário constituem mais um elemento a agravar a situação, a facilitar os objectivos das forças de direita, a tornar mais perigoso o convívio político e a mistura de votos na eleição para a Presidência da República.

Ao recusar a perspectiva que o Povo português claramente lhe apontou elegendo uma maioria de comunistas e socialistas para a Assembleia, o PS coloca-se numa posição que facilita a chantagem da direita, as manobras dos partidos reaccionários. Um governo PS não poderá subsistir na Assembleia sem o apoio de outras formações e ao recusar os acordos com os comunistas, o PS abre a porta aos apoios do CDS e do PPD que, evidentemente, o não darão sem contrapartidas que se concretizarão em cedências políticas à direita.

O Partido Socialista propõe-se salvar o país! Não parece de todo em todo viável que se pretenda salvar o país sem os trabalhadores e seria absurdo que um partido democrático pretendesse salvar o país contra os trabalhadores. Para salvar o país, um governo tem naturalmente de contar com o apoio das massas trabalhadoras e definir o seu programa e a sua acção em função desse apoio, por um lado, e em função dos interesses das massas trabalhadoras que constituem evidentemente a esmagadora maioria do Povo português.

Esta política — que não só se enquadra claramente no espírito da revolução do 25 de Abril, como foi consagrada na Constituição, — implica que ao nível dos órgãos do poder os trabalhadores tenham participação activa, que o mesmo é dizer que os partidos dos trabalhadores tenham larga participação na governação do país. O Partido Comunista Português salu das eleições para a Assembleia da República confirmado como o grande partido dos trabalhadores, a vanguarda organizada da classe operária, a força política portuguesa de maior implantação junto das classes trabalhadoras das cidades e dos campos.

Decorre com toda a clareza destes factos que uma política de salvação nacional feita com os trabalhadores e para os trabalhadores (e não há outra) só pode ser feita com a participação do PCP, só pode resultar de uma aliança que o povo escolheu e definiu entre socialistas e comunistas.

Ao recusar esta perspectiva, o Partido Socialista define-se afinal contra a única possibilidade de fazer uma política verdadeiramente ao serviço do povo e do país e cria condições para alianças que abrirão a porta a uma política de salvação dos monopólios e

latifúndios, apoiada naturalmente pelos partidos dos monopolistas e latifundiários.

Misturado e enredado com forças de direita em torno da candidatura do general Eanes, agravando essa situação com as suas posições, o PS cria aos seus eleitores no próximo acto eleitoral o problema de irem votar de forma a permitirem à direita utilizar o seu voto para uma política que claramente não é aquela por que se manifestaram quando nas eleições para a Assembleia da República a opção lhes foi claramente colocada.

A CANDIDATURA DO MAJOR OTELO

A candidatura do major Otelto Saraiva de Carvalho surge com roupagens de candidatura de esquerda. Também em torno desta candidatura se verifica o convívio entre forças democráticas consequentes e grupelhos esquerdistas que, por detrás da popularidade do candidato, procuram igualmente compensar a derrota esmagadora que o Povo português lhes impôs nas últimas eleições.

A candidatura do major Otelto Saraiva de Carvalho pretende mobilizar votos de portugueses que se manifestam por uma política de esquerda, que se manifestam por uma política ao serviço das classes trabalhadoras. As condições concretas da candidatura, porém, tornam perfeitamente inoperante e inútil para tais objectivos o voto em Otelto.

Em primeiro lugar, é evidente que, dados os apoios de que dispõe, o major Otelto não tem quaisquer possibilidades de ser eleito. A mais elementar das aritméticas torna cristalino este facto. Contudo, a sua campanha eleitoral não despreza a demagogia eleitoralista, a criação de ilusões que são só por si significativas. Ao apontarem a possibilidade de Otelto ser eleito, os promotores da sua candidatura fazem depender a concretização da vontade de esquerda que pode animar os votos dos eventuais eleitores de uma vitória claramente impossível, arrastando-os assim para uma derrota e uma inoperância que eles próprios forjaram.

Tal facto, só por si, denuncia claramente que não é a defesa de uma política de esquerda que anima os promotores da candidatura do major Otelto.

As organizações que o apoiam não representam, efectivamente, qualquer força política real, não dispõem de estruturas que lhes permitam desenvolver uma acção consequente e eficaz, não têm peso político ao nível das massas, ao nível das estruturas populares, ao nível da Assembleia da República, têm dado de si próprias, ao longo de dois anos de revolução, uma triste imagem de inconsequência, aventureirismo e divisonismo.

A sua apresentação da candidatura do major Otelto não visa assegurar uma presença eficaz ao serviço do povo face a uma situação complexa. Não visa criar condições para que, após as eleições, o Povo português tenha fortalecido os seus meios de intervenção no processo político. Otelto sozinho nada fará com os votos que receber, os votos que receber não alterarão a debilidade dos seus apoios e muito menos os objectivos aventureiristas e divisonistas de tais grupelhos.

Muito mais do que apoiar Otelto, os grupelhos esquerdistas pretendem que Otelto os apoie a eles. Escudados atrás da discutível popularidade do seu candidato, os grupelhos esquerdistas pretendem criar condições para prosseguirem a sua acção de divisão, pretendem — como muito claramente afirmam — minar as condições de acção das forças políticas que têm efectivamente condições para actuar na defesa dos interesses populares, que sempre o têm feito e continuarão a fazer — muito especialmente o PCP.

Podendo constituir uma afirmação de uma vontade de esquerda, o voto em Otelto será ineficaz e inútil para a criação de condições objectivas para a defesa de uma política de esquerda. Contribuirá, muito pelo contrário, para animar grupelhos que pretendem exactamente prestar à direita o inestimável serviço de enfraquecerem as forças de esquerda que se lhe opõem e que podem opor-se-lhe.

VOTAR EM OCTÁVIO PATO É VOTAR NUMA POLÍTICA DE ESQUERDA

A candidatura do camarada Octávio Pato é a única candidatura que aparece, por um lado, solidamente escorada num programa político concreto e definido, um programa de esquerda com propostas concretas e viáveis imediatamente: a concretização de uma maioria de esquerda na Assembleia, a formação de um governo de esquerda.

Por outro lado, a candidatura promovida pelo PCP assenta na possibilidade concreta de uma

acção em defesa dessa política, independentemente do homem que seja escolhido para ocupar o cargo de Presidente da República. Tal como a luta do PCP por um Portugal democrático a caminho do socialismo não começou com a apresentação da candidatura do camarada Octávio Pato, não acabará com o acto eleitoral: para essa luta, o PCP tem um programa que as realidades nacionais e os interesses populares definiram, conta com a força da sua organização forjada pelos trabalhadores, conta com uma forte representação na Assembleia, eleita pelo Povo português.

O voto no camarada Octávio Pato é assim não apenas o voto útil por ir inequivocamente para um programa e uma acção ao serviço da democracia e do socialismo, como também por apoiar uma força política que tem condições para, independentemente dos resultados das eleições, se bater eficazmente pela democracia e pelo socialismo.

A defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo português contida no programa da candidatura do camarada Octávio Pato é um objectivo inequívoco, atestado pela acção das forças que o apoiam e muito especialmente do PCP. A sua expressão concreta é possível e é não só imediatamente possível como é uma possibilidade que se mantém em aberto por vários anos e por cuja concretização é necessário lutar agora e durante esses anos.

A defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo português está indissolúvelmente ligada à concretização da maioria de esquerda na Assembleia da República, aos acordos entre comunistas e socialistas de que possa sair um governo de esquerda e uma política de esquerda. Esta solução é necessária e é possível. A sua concretização, apontada pelas massas populares que para ela criaram as condições fundamentais, defronta a hostilidade das forças de direita contra as quais é necessário combater. A concretização dos resultados das eleições para a Assembleia da República exige uma luta que vai para além das eleições e é essa luta que o PCP se dispõe a travar. O apoio que o seu candidato, que se apresenta essencialmente como defensor dessa solução, obtenha do Povo português é um apoio a essa solução, é mais uma manifestação da vontade popular no mesmo sentido daquela que foi expressa nas eleições do passado dia 25 de Abril.

Se o PCP não tivesse apresentado a candidatura do camarada Octávio Pato, o povo português não teria possibilidade, nas próximas eleições para a Presidência da República, de manifestar claramente e sem ambiguidades o seu apoio a uma política de esquerda. votando no general Ramalho Eanes, correria o risco de os

seus votos serem manipulados e usados pelas forças de direita. votando no major Otelto Saraiva de Carvalho, correria o risco de ver os seus votos manipulados e usados pelos grupelhos esquerdistas e prejudicaria as possibilidades de uma influência posterior no sentido do respeito da vontade popular.

Ao promover a candidatura do camarada Octávio Pato, o PCP abriu as possibilidades de uma clarificação da vontade popular, criou condições para que essa vontade popular se pudesse manifestar de forma a fortalecer para o futuro as condições para a defesa dos seus interesses, impediu que artificialmente (como interessava à direita) se cavassem e agravassem falsas divisões baseadas em manobras eleitoralistas.

A única forma útil de votar por um Presidente da República ao serviço do processo democrático é votar pelo único candidato que claramente defende o processo democrático e para essa defesa apresenta um programa sem ambiguidades. Independentemente de quem seja eleito, uma tal votação significará uma votação numa política.

O único candidato que torna possível votar sem ambiguidades numa política de defesa do processo revolucionário é o camarada Octávio Pato.

Uma larga votação no camarada Octávio Pato significará um largo apoio a uma política de defesa do processo revolucionário através da concretização de uma maioria de esquerda na Assembleia da República, da formação de um governo de esquerda, da execução de uma política de esquerda que o Povo português tornou possível e que é possível.

Nas actuais condições do nosso país esse apoio constituirá um fortalecimento imediato e actuante de todas as forças — sem excepções — efectivamente empenhadas no processo democrático, criando as condições para a definição e aplicação de uma política de esquerda que serve os interesses do Povo português e que ele claramente escolheu e defenderá.

ÁLVARO CUNHAL EM FARO E VILA REAL

No final das sessões de esclarecimento, a frase «Octávio Pato é o nosso candidato», exprimia bem a confiança e a determinação de todos os presentes no seu empenhamento em mais esta batalha política a vencer

Promovida pela Comissão Concelhia de Faro do nosso Partido, a sessão de esclarecimento que se realizou na Escola Comercial e Industrial daquela cidade algarvia, contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal Secretário-Geral do PCP e de José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central.

Enquanto algumas centenas de pessoas se aglomeravam fora do edifício, procurando assim participar também no apoio que os trabalhadores algarvios cada vez mais dispensam à candidatura do camarada Octávio Pato, mais de um milhar de pessoas assistiram e participavam entusiasticamente na sessão.

Desde de uma introdução em que o camarada Álvaro Cunhal definiu o contexto político em que se inscreve e decisão de apresentar a candidatura de um comunista à Presidência da República, que é um contributo mais para a defesa e consolidação da democracia na nossa Pátria, começaram então as perguntas. E foram muitas: perguntas dirigidas sobretudo ao futuro; um grande interesse manifestado em relação às posições do nosso Partido, para hoje e para amanhã. Perguntas que tiveram no decorrer da sessão as suas respostas, dirigidas às

facto, com a formação de um governo de esquerda é o único modo viável para, não apenas defender, mas consolidar e alargar as conquistas dos trabalhadores consagradas nessa mesma Constituição. Um Presidente da República, com poderes embora limitados pode e deve contribuir para que essa perspectiva se abra, para que efectivamente a Constituição se cumpra, para que sejam de facto defendidas e alargadas as liberdades democráticas que, dois anos passados sobre a Revolução de Abril, ainda não chegaram a vastos sectores do território nacional.

Tudo isto é muito claro e muito claro ficou durante a vibrante sessão de Faro. Também a necessidade da candidatura comunista e do amplo trabalho de clarificação política a desenvolver em todo o país.

Face a três candidaturas militares, em que os vastos apoios de uma delas encobrem apenas o desejo da reacção em não perder o comboio, colando-se a um candidato que o PS apoia; em que é nítido o sentido divisionista dos grupos esquerdistas procurando minar a unidade dos trabalhadores em volta de uma figura com alguma popularidade mas que nem tem apoios militares nem está em condições de contribuir para a

criar condições que facilitem a concretização da vontade popular expressa nas últimas eleições, criar a maioria de esquerda na Assembleia da República e a formação de um governo de esquerda com participação comunista.

No final da sessão, que começou cerca das 18 horas, a frase «Octávio Pato é o nosso candidato», exprimia bem a confiança e a determinação de todos os presentes no seu empenhamento em mais esta batalha política a vencer.

Depois houve Canto Livre, com a participação do Coro da Juventude de Faro. À noite, com o recinto engalanado com folhas de palma e os tradicionais mastros em que, nota festiva e confiante, se via a fotografia do camarada Octávio Pato, a União da Juventude Comunista organizou um grande convívio, em que não faltou o baile, em que não faltou também a animação dos comunistas e de muitos outros a quem une a consciência das lutas em comum por um Portugal melhor.

Acompanhado do camarada José Vitoriano, já Álvaro Cunhal deixara a capital do distrito algarvio para se dirigir a Vila Real de Santo António, onde foi entusiasticamente recebido, no Lusitano. Mais uma sessão de

esclarecimento o aguardava.

Novamente, por entre o entusiasmo da assistência, o Partido dos trabalhadores teve oportunidade de esclarecer, de dialogar com os trabalhadores. Podemos dizer que as preocupações e as perguntas foram fundamentalmente idênticas, que a participação na sessão de esclarecimento traduziu uma vez mais o calor com que a palavra do nosso Partido é aguardada e escutada, a confiança e a determinação que se manifesta no apoio à candidatura comunista.

Mais de um milhar de pessoas aplaudiram as intervenções do nosso camarada, cientes de que apoiar e votar no candidato comunista é trabalhar para que sejam defendidas as conquistas da revolução.

Tal como em Faro, também em Vila Real de Santo António houve braçadas de flores entregues na mesa; e um grupo de operários conservadores ofereceu a Álvaro Cunhal uma miniatura de um monumento da cidade, que irá certamente figurar no Museu do Partido.



MARGEM SUL: APOIO MILITANTE

«Se houver um Presidente que não cumpra a Constituição, nós levantaremos a voz contra a política que seja usada na Presidência da República. Ajuizaremos os homens pelas suas palavras, mas também pelos seus actos, e pensamos que assim devem proceder todos os portugueses» — afirmou Álvaro Cunhal

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, deslocou-se no passado domingo aos concelhos de Palmela, Barreiro e Moita, onde esteve presente em sessões de esclarecimento e comícios, visitando ainda alguns Centros de Trabalho do PCP.

Tendo como tema fundamental as eleições para a Presidência da República, o camarada Álvaro Cunhal espôs perante milhares de trabalhadores e militantes comunistas as linhas mestras de orientação do PCP no presente momento. Durante mais de três horas no Parque do Castelo, em Palmela, o diálogo aberto com os presentes constituiu a tônica dominante.

Relativamente à candidatura do camarada Octávio Pato, dizia Álvaro Cunhal:

«O nosso povo tem uma palavra a dizer. O nosso povo tem muita força se se mantiver unido e organizado. Para estas eleições presidenciais reveste-se de

grande importância — e nós insistimos, não para prestígio do nosso Partido, mas porque pensamos que é importante para o próprio processo democrático — o desenvolvimento de um amplo e forte movimento de opinião em torno da candidatura comunista.

«Se houver uma forte votação em Octávio Pato, podemos estar em condições de impedir a formação de um governo de direita; podemos estar em condições de lutar com mais força por um governo de esquerda, apoiado na maioria socialista-comunista, que existe na Assembleia da República.»

NO BARREIRO

A sua chegada ao Barreiro, onde também orientou uma sessão de esclarecimento, o camarada Álvaro Cunhal foi efusivamente saudado pela multidão que o aguardava.

Presentes na mesa Helder Madeira, governador-civil de Setúbal e membro da Comissão Nacional de Apoio à Candidatura de Octávio Pato, e vários membros da organização local do PCP: Hermenegilda Pereira e Manuel Duarte Gomes, ambos deputados à Assembleia da República e António Santo, da DORS. Mais tarde, tomou também lugar na mesa o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Na sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal afirmou:

«O momento político que atravessamos pode decidir muito do futuro da democracia portuguesa. Quando o Comité Central do nosso Partido resolveu promover a apresentação da candidatura de um comunista penso que essa resolução era a única que correspondia aos interesses do povo trabalhador, aos interesses da nossa democracia.»

Mais adiante, sublinhou:

«O CDS e o PPT, e mesmo os sectores de direita do PS apoiando a candidatura do general Eanes procuram mostrar que há possibilidades de uma outra maioria: a maioria PPD/PS, uma maioria de direita, que permita a formação de um governo do Partido Socialista com o apoio do PPD, ou mesmo do CDS. No entanto, está absolutamente claro, como já muitas vezes declaramos, que o nosso Partido não vai apoiar um Governo só de socialistas, para eles realizarem a sua política. Se quiserem entender-se com os comunistas têm de se entender conosco, têm que ver com o PCP qual é a política em que podemos de momento actuar.»

Calorosamente ovacionado pela numerosa assistência, que o interrompia frequentemente com aplausos e palavras de ordem, o camarada Álvaro Cunhal referiu, em seguida:

«Se na verdade nós não formarmos um grande movimento de opinião em volta da candidatura comunista; se não conseguirmos uma grande votação no candidato comunista, pode-se formar um governo de direita, e para evitar um governo da direita é necessário que o movimento operário afirme a sua independência e a sua vontade de defender as conquistas da revolução. Isso consegue-se votando no candidato comunista, votando em Octávio Pato — o candidato que representa a força popular que está em condições de defender a nossa democracia contra a direita reaccionária, a força do movimento operário e popular organizado nos seus sindicatos e com a sua vanguarda revolucionária, provada e experimentada: o Partido Comunista Português.»

NA MOITA

Foi ao som da «Internacional» que o camarada Álvaro Cunhal deixou o Barreiro para se dirigir à Moita, passando primeiro pelo Centro de Trabalho de Alhos Vedros, onde dirigiu ainda algumas palavras a todos os presentes.

Na Moita, na Praça de Torres realizou-se o último comício desta jornada de luta e esclarecimento.

Depois de os membros das comissões de freguesia e concelhias terem saudado a presença do nosso secretário-geral, falou o camarada Jaime Serra.

Após ter recordado a extraordinária votação alcançada pelo nosso Partido no Concelho da Moita, salientou a especial importância de que se revestem as próximas eleições presidenciais e a necessária afirmação de uma maioria de esquerda, que o futuro Presidente da República não poderá deixar de ter presente.

As várias candidaturas foram ainda tema da intervenção do camarada Jaime Serra, que terminaria afirmando: «As liberdades e direitos fundamentais, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo

operário, estão consagrados na Constituição. São lei que todos devem respeitar, quer os cidadãos, quer o Governo, quer o Presidente da República.»

Falou em seguida o camarada Álvaro Cunhal, efusivamente saudado pela multidão.

CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO

Ao abordar as eleições presidenciais e as candidaturas de pseudo-revolucionários dizia:

«Já temos dito e insistimos: o nosso Partido é um Partido responsável, é um Partido cujas forças são utilizadas para ajudar, para contribuir, para que a classe operária e as massas populares, consigam fazer andar para diante a democracia portuguesa. Não é um Partido que se metá em aventuras que levem a classe operária e as massas trabalhadoras à derrota.»

«Nós lutamos para a vitória, não lutamos para pequenas aventuras que nos levem, e conosco a classe operária e os trabalhadores, a uma grande derrota da Revolução Portuguesa. É por isso que tudo faremos para que não surja um conflito entre o movimento operário e as Forças Armadas.»

Sobre a questão do eventual apoio ao Presidente da República eleito, disse ainda Álvaro Cunhal: «Se houver qualquer presidente, seja ele qual for, que cumpra a Constituição, apoiaremos as iniciativas que forem tomadas pela Presidência da República nesse sentido.»

«Se houver um Presidente que não cumpra a Constituição, nós levantaremos a voz contra a política que seja usada na Presidência da República. Ajuizaremos os homens pelas suas palavras, mas também pelos seus actos, e pensamos que assim devem proceder todos os portugueses.»

A terminar afirmou ainda Álvaro Cunhal:

«O nosso Partido, camaradas, é um Partido que existe apenas para servir o povo trabalhador, não existe por qualquer outra razão. Não é um Partido que se queira servir das situações, ou que tenha outra ambição que não seja conduzir a classe operária e o povo trabalhador à vitória definitiva sobre os exploradores e à construção de uma sociedade nova sem exploração do homem pelo homem.»

«Não temos outra finalidade. É para isso que existe o nosso Partido. É por isso que quando alguns perguntam porque é que o Partido Comunista segue esta ou aquela política, podem ficar absolutamente seguros, que temos a profunda convicção de que o caminho que indicamos ao nosso povo é o caminho da vitória. O único caminho, quanto a nós, que pode contribuir para a defesa da democracia, para a consolidação das conquistas da revolução e para encaminharmos a Revolução Portuguesa no caminho do Socialismo.»

«É necessário apoiar o candidato comunista às eleições para a Presidência da República; e é necessário confirmar por uma grande votação em Octávio Pato, a confiança dos trabalhadores no seu Partido e a luta pelo prosseguimento da democracia portuguesa, em direcção ao socialismo.»



preocupações fundamentais dos trabalhadores e do povo.

Uma Constituição a defender exige de um Presidente da República uma posição clara e que traduza na prática o que o voto da maioria dos portugueses tornou possível na Assembleia da República — uma maioria de esquerda. Transformar essa maioria aritmética em maioria de

unidade dentro das Forças Armadas; em que não é claro o apoio político da terceira; face a estas três candidaturas, impunha-se a candidatura independente de um comunista, não para aparecer a contestar as outras, mas para clarificar, para definir os problemas mais sentidos pelas massas, para indicar o rumo político a que as massas aspiram.



Edições SEARA NOVA

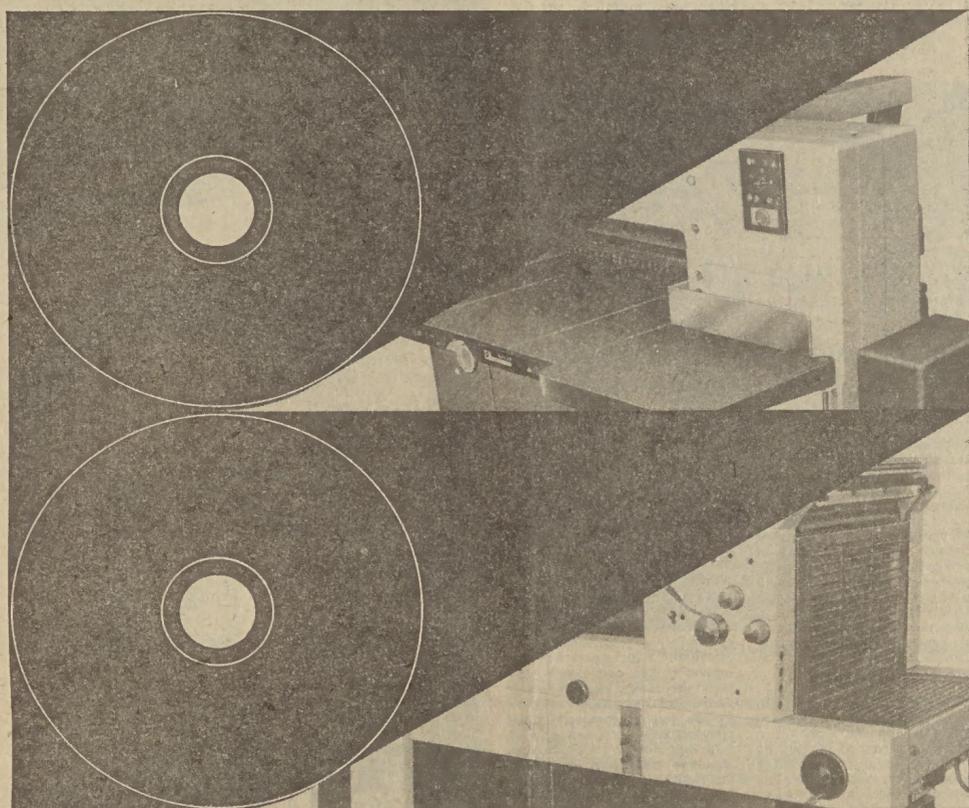
AMÍLCAR CABRAL
OBRAS ESCOLHIDAS - Vol. I

A ARMA DA TEORIA
UNIDADE E LUTA

Os grandes eixos da reflexão teórica e os conceitos operatórios da estratégia revolucionária formulados por Amílcar Cabral articulam-se em torno da dominação imperialista, da força motora da história, do papel da pequena burguesia como alavanca social da luta de libertação nos países colonizados, da luta armada como facto e acto de cultura, do Partido como centro do todo socio-político.

À VENDA NAS LIVRARIAS E NA FEIRA DO LIVRO

Preço: 100\$00



para trabalho de precisão — máquinas precisas... made in Checoslováquia.

A Empresa de Comércio Externo Kovo exporta para 100 países do mundo, máquinas, aparelhos e instalações de equipamento geral e de precisão checoslovaco.

Na 17.ª Feira Internacional de Lisboa - 1976, apresenta a Empresa Kovo, produtos de qualidade superior e de segurança nos ramos de:

- técnica de cálculo e escritório;
- máquinas para a indústria de artes gráficas;
- aparelhos eléctricos e electrónicos de medição;
- elementos componentes para a indústria electrónica;
- fontes luminosas.

Visite as exposições da Empresa Kovo e familiarize-se com o equipamento geral e de precisão checoslovaco.

máquinas de precisão para trabalho de precisão fornecidas por KOVO

Empresa de Comércio Externo, Soudruzka 2081, 10000 Praha 10, Checoslováquia

EXPORT IMPORT KOVO
PRAHA CZECHOSLOVAKIA



PRIMEIRO GRANDE COMÍCIO EM LISBOA

«O grande perigo, a grande ameaça para a democracia e os interesses dos trabalhadores vem da direita reaccionária e das suas grandes formações partidárias, — CDS e PPD», afirmou o camarada Carlos Brito no grande comício da Alameda

Muitas dezenas de milhares de pessoas acorreram, no passado sábado e a partir das 19 horas, à Fonte Luminosa, a fim de participarem na grande festa-comício que ali se realizou, organizada pelo Partido Comunista Português e que constituiu a primeira grande manifestação de massas em apoio da candidatura do camarada Octávio Pato, no primeiro dia da campanha eleitoral.

Os comunistas e todos os trabalhadores presentes souberam transformar aquele dia tradicional de festa, numa grande festa popular, que precedeu e com que culminou o grande comício no qual participaram, além do candidato comunista, os camaradas Carlos Brito, Margarida Tengarrinha, Jerónimo de Sousa e António Galhordas, este da Comissão Distrital de Lisboa de Apoio à Candidatura de Octávio Pato. Presentes ainda numerosos membros da Comissão Nacional de Apoio, tendo o camarada Veiga de Oliveira presidido ao comício.

Antes, porém, um numeroso grupo de artistas comunistas animou, com a participação dos largos milhares de pessoas que, desde o fim da tarde iam acorrendo à Fonte Luminosa, essa grande festa popular, de cunho vividamente democrático e

«Não cabe aqui analisar a ambiguidade, a falta de objectividade ou a ausência de programa dos outros candidatos — acrescentou a camarada, depois de citar alguns passos da biografia do candidato comunista.

«Mas uma coisa é certa: nenhum outro assina o seu programa com a garantia duma vida inteira dedicada a servir os interesses das massas trabalhadoras. Nenhum outro candidato garante o cumprimento das promessas que fizer, com a firmeza deste homem, que, torturado selvaticamente pela PIDE durante 18 dias e 18 noites, não abriu a boca, cumpriu a sua palavra de revolucionário, não traiu os seus camaradas, não traiu o seu povo.

Octávio Pato não precisa de afirmar com palavras que não traiu nem trairá; Octávio Pato provou-o com os seus actos».

UM PROGRAMA CLARO

Falou seguidamente o camarada Jerónimo de Sousa, operário metalúrgico, deputado à Assembleia da República e ex-deputado à Constituinte, que a dado passo do seu discurso, afirmou:

administrações governamentais em empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, os trabalhadores olham para o futuro com preocupação e procuram soluções.

Tal como ontem no passado, tal como hoje e no futuro a candidatura do nosso Partido é acompanhada por um programa bem claro e que aponta sem hesitações o caminho certo das mais queridas e sentidas aspirações do nosso povo.

Depois de lembrar que as forças da esquerda, unidas no fundamental, conseguiram fazer aprovar na Constituinte as grandes conquistas do nosso povo, o camarada Jerónimo de Sousa afirmou que «a candidatura e uma grande votação no nosso camarada Octávio Pato surgem como necessidade histórica que ultrapassa as próprias eleições para a Presidência da República porque, para além delas, há que unir todos aqueles que estão interessados na democracia e socialismo».

Contra os aventureiros e verbalistas, o camarada Jerónimo de Sousa, referindo que a grande massa laboriosa saberá fazer da candidatura comunista e do seu programa «o grande guia de acção», acrescentou:

que há muito me bato, das camadas populares e trabalhadoras que fizeram do 25 de Abril um processo revolucionário».

Após ter referido que as forças reaccionárias e fascistas «utilizando o terrorismo, a calúnia e a confusão, põem em risco real o processo democrático», António Galhordas sublinhou a necessidade imprescindível de unidade e coesão, incluindo «cada vez mais um reforço da unidade das camadas populares com as forças militares». Mas esse esforço — acrescentou — depende, agora e para o futuro, «essencialmente da unidade indestrutível das camadas trabalhadoras, das camadas populares e de todas as forças da esquerda, em luta pela consolidação da democracia a caminho do socialismo». Antes do camarada Octávio Pato, usou ainda da palavra o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que depois de se referir à candidatura comunista como «a mais clara e transparente de todas as candidaturas» acrescentou:

UTOPIAS E FALSOS «SLOGANS»

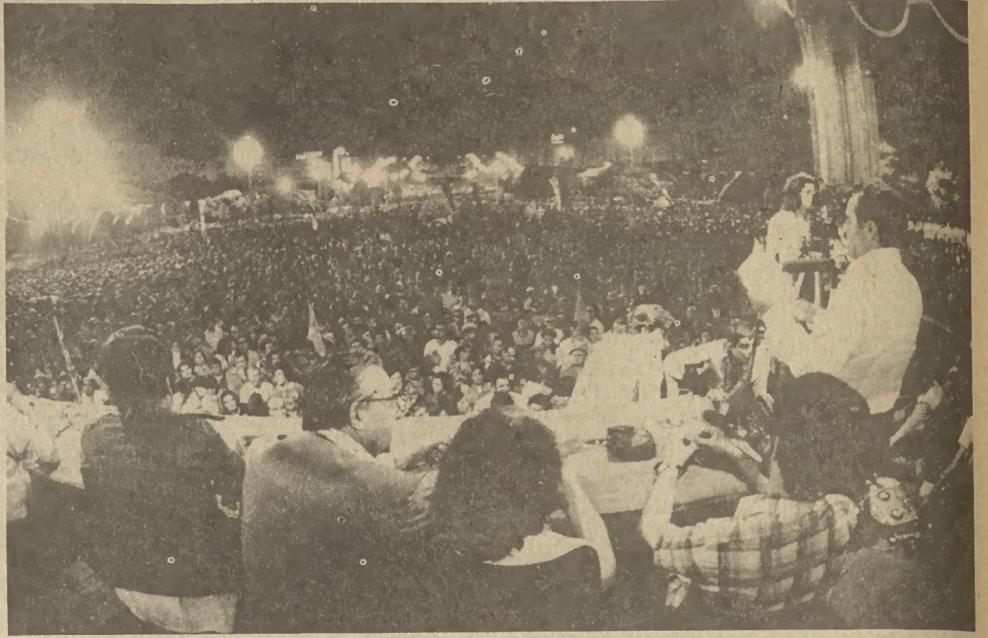
«Uma das candidaturas apresenta-se sob o lema «Vive a liberdade em segurança» e ao mesmo tempo desfruta de apoios, como, entre outros, os do MRPP e da CAP, reconhecidos fautores da violência, instabilidade, desordem e insegurança.

«Outra retoma a utopia do «poder popular», mas para esclarecer logo pela boca do próprio candidato que não é coisa para os próximos cinco anos. E, entretanto, a pretexto da dinâmica do «poder popular» ensaia o assalto a essa positiva e magnífica realidade que são as organizações populares de base — Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia e outras — através dos chamados GDUP's, aparelhagem concebida pela UDP, e outros pequenos partidos esquerdistas para sujeitarem a organização popular ao seu controlo partidário, que na hipótese absurda de vingar, desviaria as estruturas populares de base dos seus objectivos, as desnaturaliza das massas, lhes roubaria a independência e as conduziria à liquidação.

Antes de lembrar que a candidatura comunista não é uma candidatura táctica ou de pressão, mas, designadamente, um «movimento que incarna o espírito do 25 de Abril no seu conteúdo actual», o camarada Carlos Brito sublinhou:

«As críticas ligeiras que aqui deixamos a uma candidatura de que não podem ignorar-se os objectivos divisionistas, quer da parte das forças que a promoveram, quer no discurso que já adoptou, não significa que localizemos nela um perigo maior do que realmente comporta.

«O grande perigo, a grande ameaça para a democracia e os interesses dos trabalhadores vem da direita reaccionária e das suas grandes formações partidárias — CDS e PPD — que tramam num silêncio momentâneo e na discreta colagem a uma candidatura que não é própria, planos e projectos de recuperação do processo para o grande capital e os latifundiários».



Muitas dezenas de milhares de pessoas acorreram à Alameda, a fim de participarem no comício de abertura da campanha eleitoral do camarada Octávio Pato



Simultaneamente comício e festa, a grande concentração da Alameda foi, acima de tudo, uma jornada de luta pela democracia e pelo socialismo através do apoio demonstrado à candidatura do camarada Octávio Pato



antifascista. Espalhados pelo vasto recinto, grandes cartazes e discursos coloridos, bandeiras vermelhas, uns com fotografias do candidato comunista e palavras de ordem de apoio, outras com os símbolos queridos do proletariado, davam ao ambiente um ar simultaneamente festivo e de luta. De luta pela candidatura comunista, de luta pela democracia e pelo socialismo.

A GARANTIA DE UMA VIDA INTEIRA

«Entre os 4 candidatos à Presidência da República, Octávio Pato é o único civil e o único trabalhador. Trabalhador desde os 14 anos de idade, como aconteceu à maioria dos jovens trabalhadores portugueses» — começou por afirmar a camarada Margarida Tengarrinha, membro suplente do Comité Central do PCP.

«Quando hoje verificamos as tentativas e até a concretização da recuperação capitalista em algumas empresas, quando verificamos os ataques concertados à Reforma Agrária, com a CAP, o CDS, o PPD a servirem-se de alguns órgãos de informação pagos com o dinheiro do povo português à sombra de um pluralismo que nada tem a ver com a liberdade de expressão democrática, quando hoje vemos o patronato reaccionário abandonar negociações da contratação colectiva ou justas reivindicações perante a passividade de alguns responsáveis governamentais que se escudam em leis que eles próprios fizeram, limpando as mãos e fazendo com que os trabalhadores se sintam na necessidade de enveredar por formas de luta superiores e radicalizadas, quando por outro lado se vê estranhamente a cedência nas negociações e a aceitação de propostas irrealistas por parte do patronato e

«Já pagámos bem caro as consequências do verbalismo e radicalismo pequeno-burguês desses grupelhos divisionistas. Querem voltar novamente a dividir-nos, mas as lições bem amargas de um passado bem próximo ensinaram-nos a repudiá-los e a desmascará-los, se necessário for, porque eles nada têm a ver com os interesses da classe operária e dos trabalhadores em geral».

UNIR E FORTALECER A UNIDADE

António Galhordas, da Comissão Distrital de Apoio à candidatura comunista, a abrir a sua intervenção, afirmou:

«A opção que tomei em manifestar publicamente o meu apoio à candidatura de Octávio Pato, considero-a a garantia mais segura da manutenção e aprofundamento da unidade, por

ENTUSIASMO E VIBRAÇÃO NO ALENTEJO

Os trabalhadores e as massas populares do Alentejo demonstraram uma vez mais o seu inequívoco apoio ao candidato comunista, em defesa da democracia e da Reforma Agrária

Desde Ferreira do Alentejo passando por Ercidel, Aljustrel, Mértola, Minas de S. Domingos, Aldeia Nova de S. Bento e Pias até Moura foi geral o apoio entusiástico dos trabalhadores e da população que acorreu a saudar e a participar

nos breves comícios realizados pelo camarada Octávio Pato no decorrer da sua visita ao Baixo Alentejo no passado fim-de-semana.

Homens e mulheres de todas as idades, caras crestadas pelo sol e

mãos calejadas pelo trabalho da terra, fazendo ouvir a sua voz onde os cantos de luta são a certeza do amanhã liberto, acorreram a expressar o seu inequívoco apoio à candidatura comunista, reafirmando uma vez mais a sua confiança no Partido Comunista Português e numa política de esquerda que defende as conquistas da revolução repudiando, ao mesmo tempo, todas as manobras divisionistas, cujo objectivo fundamental é atingir o grande e comprovado apoio de massas com que conta o PCP.

Em Ferreira do Alentejo, primeiro ponto de paragem da caravana que acompanhava o candidato comunista, e após as intervenções dos camaradas António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, Francisco Miguel e Aurélio Santos, membros do CC, Octávio Pato falou o objectivo principal da sua candidatura — defender as grandes conquistas da revolução, nomeadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário e as liberdades democráticas.

Referindo a alegria de se encontrar naquela vila alentejana, onde o povo afirmou o desejo de lutar pela democracia e pela liberdade, ao votar esmagadoramente nos partidos da esquerda e particularmente no PCP, Octávio Pato salientou depois que o programa do PCP para as próximas eleições presidenciais é um programa claro, como claros são os objectivos da nossa luta, a qual se insere na luta que o povo português travou ao longo de dezenas de anos contra a repressão e a miséria.

O candidato sublinhou não ser intenção do PCP, ao promover a sua candidatura, defender unicamente os interesses dos comunistas, mas sim os interesses das mais amplas camadas da população portuguesa, nomeadamente as massas trabalhadoras, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. Reforçando este

aspecto, Octávio Pato afirmou que a candidatura comunista visa unir todo o povo português, todos os democratas e antifascistas que estejam dispostos a lutar por um Portugal próspero, democrático e independente.

O entusiasmo do povo alentejano foi uma constante nesta digressão pelas terras da Reforma Agrária, onde enfim a planície desabrocha em searas de pão. Consciente de quem são os seus verdadeiros representantes, conhecedor de quem sempre esteve na luta pela defesa dos seus interesses, o povo alentejano não regateia homenagem ao único Partido que o acompanhou nos dias negros da repressão fascista e que nas novas condições de liberdade impulsiona e apóia a realização e consolidação de uma das maiores conquistas do processo iniciado em 25 de Abril — a Reforma Agrária.

No caminho para Aljustrel, onde em breve comício Octávio Pato recordou as tradições de luta daquela vila, em particular a dos mineiros, que nunca se vergou à repressão fascista, a caravana foi obrigada a parar mais do que uma vez para que as massas populares que acorreram à estrada pudessem saudar o seu candidato, o candidato dos trabalhadores, o candidato comunista.

Mértola, Minas de S. Domingos e Aldeia Nova de S. Bento foram outras etapas da caravana onde o camarada candidato recebeu a mais viva expressão da confiança dos trabalhadores do campo à política seguida pelo nosso Partido. Falou-se de Reforma Agrária, que o mesmo é dizer vida e luta das massas camponesas, conquistas e avanços de uma revolução em marcha rumo ao socialismo, malgrado todos os entraves, sabotagens e dificuldades a vencer.

Depois de Ficalho e Moura a caravana chegou a Beja onde largos milhares de pessoas participaram num grandioso comício, manifestação inequívoca da implantação do PCP nas massas trabalhadoras do Alentejo.

A CHECOSLOVÁQUIA

CONVIDA-O A VISITAR O SEU STAND NA 17.ª FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

Numa área de 1.050 m², poderá admirar uma muito rica selecção de artigos provenientes da Checoslováquia, apresentados por 18 Empresas de Comércio Externo, desde o campo da maquinaria em geral até ao pequeno artigo de consumo.

VISITE O STAND DA CHECOSLOVÁQUIA SERÁ BENVINDO



PALAVRAS DE OCTÁVIO PATO EM LISBOA E BEJA

Nos grandes comícios em que participou em Lisboa e em Beja, Octávio Pato pronunciou importantes discursos de que transcrevemos algumas passagens

No último sábado, na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa, o camarada Octávio Pato, candidato à Presidência da República, pronunciou um discurso onde está bem patente a análise clara e profunda dos grandes problemas nacionais e onde é esclarecida a via para os resolver. Dessa intervenção, aplaudida com entusiasmos e adesão, transcrevemos a seguir algumas passagens, guardando para outro local deste número a parte referente às «Grandes e Urgentes Tarefas Nacionais».

No dia seguinte, em Beja, o camarada Octávio Pato saudou o povo da cidade e os trabalhadores rurais alentejanos a quem se dirigiu num discurso do qual transcrevemos também as partes mais significativas.

Perante o êxito da Reforma Agrária, o candidato comunista, ao saudar os trabalhadores alentejanos, lembraria que «a diferença entre nós e os que se espantam com a capacidade dos trabalhadores é que nós (os comunistas) sempre estivemos entre os trabalhadores, e sempre sofremos e lutamos pelos mesmos anseios e contra as mesmas dificuldades».

• Carta dos direitos do povo português

«O prosseguimento, estabilidade e consolidação da vida democrática do País são do interesse da classe operária, dos trabalhadores e de todo o povo português e representam, por isso, uma assinalável vitória, as condições positivas, em que, (e ao contrário do que desejaríamos as forças da reacção), esse processo tem vindo a decorrer.

«Efectivamente, quer a entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa, carta dos direitos, liberdades e conquistas do povo português, lei fundamental do País, à qual devem respeito todos os cidadãos, autoridades e órgãos de Poder, quer a eleição da Assembleia da República, onde foi conquistada uma maioria de socialistas e comunistas, marcam decisivamente o sentido progressista da institucionalização do regime democrático.

«Depende dos portugueses, da sua acção e do seu voto, que os resultados das eleições para a Presidência da República, longe de dificultarem este caminho, o fortaleçam, tornando ainda mais firmes e mais favoráveis, as perspectivas que se abrem diante da revolução portuguesa».

• Interesses e aspirações populares

«Podemos hoje dizer que se a situação democrática sobreviveu e hoje se transforma em regime que se consolida, isso se deve à que, no seu conjunto, apesar das grandes resistências e contradições, durante um significativo período foi posta em prática uma política que tinha em conta os interesses e aspirações populares. Isso se deve a que ganhou força crescente a acção organizada da classe operária e do movimento popular e das forças democráticas. Isso se deve, também, não o devemos esquecer, a que ao lado do povo, se conservam os militares do 25 de Abril e todos os militares, que fizeram da fidelidade ao seu espírito libertador, norma de conduta e padrão de intervenção patriótica.

«A nossa candidatura à Presidência da República tem raízes na luta e na experiência do povo português.

«É animada pela firme determinação de conservar vivos e actuais todos os factores positivos que permitam a marcha vitoriosa percorrida desde 25 de Abril até aos nossos dias».



• Não há homens providenciais

«Sabemos serem grandes os problemas nacionais e urgente a sua resolução, mas nem por isso dramatizamos artificialmente situações.

«Conhecemos os grandes perigos que ainda ameaçam a revolução portuguesa, mas o que é necessário é identificá-los e dar-lhes combate.

«A nossa candidatura é um meio de valorizar e defender as grandes conquistas da revolução portuguesa.

«Temos confiança nas energias e na capacidade criadora do povo português.

«A nossa candidatura assenta na certeza de que o futuro do País, depende não de homens providenciais, mas da acção criadora das massas organizadas, da unidade das forças da liberdade e do progresso e da sua capacidade de, com um largo apoio popular, adoptarem uma política democrática consequente, ao serviço das massas populares e dos interesses nacionais».

Depois de lembrar que os poderes do Presidente da República se «exercem no quadro do respeito por uma Constituição que tem na sua base o voto do povo», o camarada Octávio Pato reafirmou que às candidaturas à Presidência da República não compete apresentar programas que possam ser confundidos com programas de governo.

«Ao contrário do que alguns desejaríamos, — esclareceu — as eleições presidenciais não são a repetição das legislativas, e, exactamente, porque se trata de eleições diferentes para órgãos diferentes, com diferentes funções, qualquer ideia ou projecto dos partidos reacçãoários de, eventualmente, virem agitar os resultados das presidenciais contra os resultados das legislativas é uma grave ofensa às regras democráticas».

• Estabilidade do processo democrático

«Como titular do mais alto órgão do Estado Democrático, o futuro Presidente da República deverá pautar seriamente a sua actividade pela preocupação de assegurar, pela sua influência e pelo prestígio que eventualmente vier a grangear, a estabilidade do processo democrático, o cumprimento da Constituição, a satisfação das mais sentidas aspirações populares, o desenvolvimento e o progresso do País.

«Nas condições existentes no Portugal Democrático dos nossos dias, a realização de uma política conforme a tais objectivos, susceptível de dar resposta imediata aos grandes problemas nacionais, só é possível com um governo de esquerda, capaz de mobilizar os trabalhadores nas grandes tarefas nacionais, representativo das forças políticas e sociais que apoiam efectivamente a Constituição, as grandes conquistas populares, e que estão interessadas no desenvolvimento do processo democrático a caminho do socialismo».

• Contra um programa de direita

«Qualquer outro governo, seja minoritário mas beneficiando de apoios e compromissos negociados com a direita, seja a expressão clara de uma aliança com a direita, representará um sério prejuízo para o processo democrático, o contínuo agravamento das condições de vida do povo trabalhador, a recuperação da iniciativa política pela direita, a violação das normas constitucionais, a realização, não da política de esquerda porque o povo votou, mas de uma política de direita e autoritária que o povo rejeitou.

«E se, tendo havido uma maioria de esquerda nas últimas eleições, alguém traíçoar os votos recebidos por conta da democracia e do socialismo, e se aliar com os

inimigos provados da democracia e do socialismo, ninguém poderá exigir à classe operária, aos trabalhadores, às massas populares que façam seu um programa de direita, que é contra os seus interesses e aspirações, ninguém poderá exigir que os trabalhadores abandonem os seus direitos, assegurados pela Constituição, de conservarem a sua liberdade de expressão e organização e manifestarem, de forma independente, a sua perspectiva sobre a resolução dos problemas nacionais.

«Quaisquer que sejam as grandes direcções de actividade governativa e da mobilização popular que se examinem, não há uma única, em que desse exame não se tenha de concluir que o sistema de alianças exigido pela situação é o de aliança entre os sectores democráticos, de esquerda».

• Uma força indispensável

«A vida tem mostrado e continuará a mostrar que os comunistas são uma força indispensável na consolidação da democracia e na construção do socialismo.

«A vida tem mostrado e continuará a mostrar que os comunistas estão na primeira linha da defesa dos interesses populares e dos interesses nacionais.

«A vida tem mostrado e continuará a mostrar que os comunistas são os mais firmes defensores da unidade democrática, os mais persistentes defensores do encontro de soluções unitárias para os problemas da vida política portuguesa.

«Não é portanto ao PCP que se devem pedir garantias do seu carácter democrático. O PCP já as deu em 48 anos de resistência ao fascismo, em 2 anos de luta pela revolução do 25 de Abril. Tais garantias devem ser pedidas ao PPD, ao CDS, à CAP, à CIP, aos grupelhos, cujo passado foi a colaboração com o fascismo e cujo presente é a permanente hostilidade ao processo democrático e às suas conquistas.

«A nossa candidatura à Presidência da República exprime os objectivos democráticos e patrióticos, porque se podem e devem bater, não apenas os comunistas, mas todos os democratas e antifascistas, que nesta complexa batalha das eleições presidenciais, desejam intervir de forma útil e positiva e querem contribuir para que, ao longo da campanha e através dos seus resultados, se reforce o campo democrático, se fortaleça a esquerda, se tornem mais próximas as soluções de esquerda, que as eleições de 25 de Abril último tornaram possíveis».

• Nenhuma calúnia resiste contra a Reforma Agrária

«Hoje, só no distrito de Beja, existem 87 Unidades Colectivas de Produção, ocupando uma área de 300.000 hectares. Em todo o Sul do País, a Reforma Agrária pôs fim, em cerca de um milhão de hectares de terra, à propriedade de uns poucos parasitas que mantinham grande parte da terra por cultivar, enquanto milhares e milhares de trabalhadores rurais e de pequenos e médios

democrático vem de muito longe, correspondendo aos sentimentos unitários dos trabalhadores e inspira-se na certeza de que os grandes objectivos democráticos e nacionais exigem a unidade de todos os que estão interessados em atingir esses objectivos.

«Há hoje forças que trabalham no sentido de abrir um fosso entre os comunistas e as outras forças democráticas, entre os comunistas e os militares. Nessa acção, que não consegue disfarçar os seus propósitos de dividir e enfraquecer as linhas de defesa da democracia, convergem as forças da direita reacçãoária e os aventureiros esquerdistas, uns e outros interessados em enfraquecer o papel dos comunistas na defesa e avanço do processo democrático, uns e outros descontentes com a evolução do processo, designadamente com o resultado das últimas eleições.

«A direita reacçãoária tenta isolar os comunistas e colar-se ao Partido Socialista para evitar que essa força se dedique à defesa da Revolução e ganhá-la para os seus projectos de recuperação capitalista e agrária, para uma política antioperária que, para realizar-se, terá necessariamente de recorrer à repressão e à restrição das liberdades».

• Aventureiros contra governo de esquerda

«Os aventureiros esquerdistas, por seu lado, tentam desesperadamente minar a influência de massas do Partido Comunista Português.

«Uns e outros, visam objectivamente com a sua acção criar dificuldades à concretização da grande aspiração popular que é a unidade das forças de esquerda e a formação de um governo de esquerda.

«A direita reacçãoária — o CDS, o PPD, a CAP — sabe que um governo de esquerda com o PCP, representaria um impulso fortíssimo na realização, consolidação e aprofundamento das transformações económicas e sociais em curso, susceptíveis de melhorar as condições de vida dos portugueses, promover o desenvolvimento e o progresso social, tornando cada vez mais remotas as possibilidades de voltar a colocar a economia nacional nas mãos dos grandes monopolistas e agrários.

«A direita reacçãoária sabe que uma maioria de esquerda, traduzida também na formação de um governo de esquerda, com o PCP, representaria, pelo firme combate ao terrorismo e às conspirações reacçãoárias, a possibilidade de restabelecimento de um clima de paz, tranquilidade e respeito pela ordem democrática, o que significaria um pesado golpe nos métodos antidemocráticos, assentes no caciquismo, na intimidação e na violência, a que o PPD e o CDS recorrem para, em vastas zonas do País, impedirem ou atrasarem a expressão dos sentimentos democráticos de largas camadas da população portuguesa.

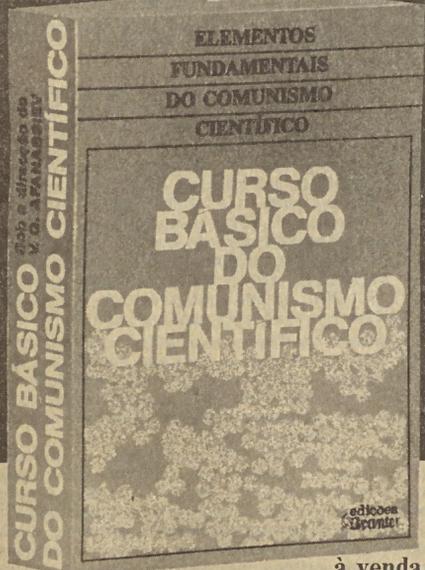
«As ilusões esquerdistas conduzem sempre a amargas derrotas e frustrações, porque ignoram a realidade concreta em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores».

UM LIVRO FUNDAMENTAL

as experiências acumuladas na construção do socialismo e do comunismo tratadas de forma acessível

592 páginas

120\$00



à venda

Pedidos a: CDL

— Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1



Os camaradas Jerónimo de Sousa, Octávio Pato e Veiga de Oliveira no grande comício da Alameda

agricultores viviam na miséria e no desemprego. Hoje a Reforma Agrária, está já dando origem a explorações agrícolas de novo tipo, cooperativas e herdades colectivas, onde já não existem explorados e exploradores e onde os trabalhadores, numa grande demonstração da sua capacidade criadora, estão a conseguir magníficos resultados.

«As previsões para as colheitas deste ano desmentem as calúnias que são lançadas contra a Reforma Agrária e demonstram bem a capacidade de organização e de trabalho, a determinação revolucionária e a dedicação aos interesses do povo e do País por parte do proletariado rural alentejano.

«A Reforma Agrária é uma peça essencial do desenvolvimento económico do País, uma conquista de enormes repercussões no nível de vida e bem-estar de todos os portugueses.

«A colheita agrícola do Alentejo em 1975 foi a maior dos últimos 30 anos. Este ano vamos colher muito mais do que no ano passado: mais 11 mil toneladas de centeio; mais 28 mil toneladas de cevada; mais 30 mil toneladas de aveia; mais 270 mil toneladas de trigo.

«São estas as previsões. São estes os resultados magníficos que se esperam do esforço e do entusiasmo dos trabalhadores rurais, com grande relevo para os trabalhadores rurais do Alentejo. E isto não acontece por o tempo correr de feição para as searas, como salienta o senhor Ministro das Finanças, mas porque a realização da Reforma Agrária veio permitir o desenvolvimento duma agricultura que os interesses parasitários dos grandes agrários tinham conduzido a uma profunda crise e à estagnação da produção».

• Pela Unidade

«A nossa preocupação constante de chamar à acção unitária todos os que aspiram à construção de um Portugal

«Uma política de esquerda, hoje em Portugal, só pode assentar numa maioria de esquerda na Assembleia da República e ser realizada por um Governo de esquerda com participação comunista».

• As organizações populares de base

«Nas novas condições políticas criadas após 25 de Abril, novas formas de organização popular se desenvolveram rapidamente, transformando-se numa importante força nacional. Nesse grande trabalho de organização e mobilização popular, os comunistas desempenharam um papel da maior importância, um papel de vanguarda.

«As organizações populares de base não surgiram para se opor aos partidos de esquerda, como dizem os populistas. Pelo contrário, elas nasceram sob o impulso dos antifascistas, e em especial dos comunistas, que dentro delas desempenharam sempre um papel fundamental.

«As organizações populares de base, expressão valiosa e original da unidade das amplas camadas trabalhadoras do nosso povo, não se contrapõem ao PCP, ao partido da classe operária e de todos os trabalhadores, nem às restantes forças políticas de esquerda. Todas essas forças têm interesses comuns, na luta contra inimigos comuns. Todas estas forças estão sob a ameaça muito séria da restrição das liberdades de que disfrutam, caso os partidos reacçãoários consigam tomar o poder ou influir de forma decisiva nas decisões dos órgãos do poder. A unidade de todas as forças políticas de esquerda e das organizações populares é indispensável para que essas ameaças sejam afastadas e a Revolução prossiga o seu curso, rumo ao socialismo».

CADA MILITANTE UM ESCLARECEDOR!

Para além da vasta campanha de apoio à candidatura em que organizadamente participa, cada militante comunista é um esclarecedor da necessidade e das razões desse apoio, junto de todos os que vivem à sua volta — na fábrica, na escola, na rua e nos locais de convívio.



— Porque é que a concretização de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e a constituição de um Governo de esquerda são indispensáveis para a democracia em Portugal?

Um dos principais objectivos da apresentação da candidatura de Octávio Pato é criar condições que facilitem a concretização da vontade popular expressa nas últimas eleições, ou seja, a criação duma maioria de esquerda na Assembleia da República e a criação dum governo de esquerda com participação comunista. Mas o que é que torna imperativo a existência de um tal governo?

Todas as forças e sectores políticos falam hoje muito na solução dos problemas económicos, na necessidade de sair da situação deficitária, de pôr fim à inflação e à sangria de reservas de ouro, de reanimar a economia portuguesa e de lançar uma política de desenvolvimento.

Como pretendia alcançar tais resultados um governo sem participação comunista?

No quadro de uma política de recuperação capitalista, de uma dinâmica assente no aumento dos lucros, da acumulação e dos investimentos privados, de uma preocupação dominante de ganhar a confiança do grande capital e das multinacionais, a política económica de um tal governo seria inevitavelmente baseada no agravamento da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras em geral.

O Povo português deve ter agora a noção exacta de que, a formar-se um tal governo PS com a colaboração ou apoio do PPD ou do CDS, ou dos dois, esse governo tomaria severas medidas para congelar salários, para diminuir os sectores declarados em crise, para aumentar a intensidade e o tempo de trabalho, para reduzir as regalias sociais, para aumentar os preços dos artigos de consumo corrente, para agravar os impostos lançados sobre as largas massas populares.

Uma integração de Portugal no Mercado Comum, como alguns anunciam, seria, nas condições existentes, um novo motivo para o agravamento da exploração da classe operária portuguesa.

A essa política os seus defensores chamarão política de recuperação económica, política de

austeridade, política de salvação nacional. Mas, se se viesse a concretizar, seria uma política de recuperação capitalista, de austeridade para os trabalhadores e de lucros fabulosos para os capitalistas, uma política de salvação, não do país, mas dos seus exploradores.

O Povo português sempre esteve e está pronto a fazer sacrifícios. Mas para o bem do próprio Povo e não para os cofres dos milionários. Para bem de Portugal e não do imperialismo.

Os defensores de uma tal política sabem bem que ela não poderá ser aplicada sem uma firme resistência da classe operária e das massas populares.

E prevenido a resistência dos trabalhadores ao agravamento da exploração e das condições de vida, que aqueles que planeiam tal política intensificam desde já os ataques contra as organizações de classe dos trabalhadores, contra os seus sindicatos, contra as suas estruturas de base, contra a sua vanguarda revolucionária — o Partido Comunista Português.

Muito pelo contrário, a solução dos problemas nacionais tem de ser encontrada na via da democracia e do socialismo, na via da participação dos trabalhadores, da defesa e aprofundamento das vitórias da Revolução que permitiram nos últimos dois anos alterar profundamente as condições de exploração e miséria herdadas do fascismo.

Foi aliás a clara consciência deste facto que levou o povo português a eleger para a Assembleia da República uma maioria de esquerda, que o mesmo é dizer, uma maioria dos Partidos que representam os trabalhadores, muito especialmente a vanguarda organizada das classes trabalhadoras, o PCP.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e imprime à política portuguesa uma direcção progressista, no caminho da consolidação do processo democrático e da defesa das conquistas da revolução — ou seja de

direita — e conduza o País para a instabilidade política e social, para o regresso ao domínio dos monopólios e dos latifundiários com as consequentes restrições às liberdades.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e defenda as liberdades e o direito à greve — ou seja de direita — e para defender os interesses dos patrões acabe inevitavelmente por recorrer à repressão.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e prossiga com as transformações das estruturas económicas e sociais alcançadas nos últimos dois anos — ou seja de direita — e devolva aos grandes capitalistas e grandes agrários os privilégios que perderam com a revolução.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e tenha como cuidado constante a melhoria das condições de vida de quem trabalha — ou seja de direita — e faça pagar aos trabalhadores as indemnizações dos banqueiros, monopolistas e grandes agrários.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda

— e siga uma política de independência nacional, determinada pelos interesses do povo e da nação portuguesa — ou seja de direita — submetendo ao imperialismo as riquezas e recursos nacionais e mesmo o direito que só aos portugueses cabe de decidir dos destinos de Portugal.

Porque nada disto é indiferente para os trabalhadores, é que o PCP continua a colocar na ordem do dia a luta pela formação de um governo de esquerda.

E se, tendo havido uma maioria de esquerda nas últimas eleições, alguém atraíra os votos recebidos por conta da democracia e do socialismo, e se aliar com os inimigos provados da democracia e do socialismo, ninguém poderá exigir que os trabalhadores abandonem os seus direitos, assegurados pela Constituição, de conservarem a sua liberdade de expressão e organização e manifestarem, de forma independente, a sua perspectiva sobre a resolução dos problemas nacionais.



— As organizações populares constituem uma forma de organização que se oponha aos partidos políticos? É correcto colocar organizações populares de um lado e partidos políticos do outro?

As formas de organização popular — comissões de moradores, comissões de aldeia, comissões de trabalhadores, cooperativas e outras organizações populares de base — desempenham um importante papel na Revolução. Mobilizam amplas camadas da população para a luta em defesa dos seus interesses imediatos e comuns, e também para a luta por uma administração local e central que tenha como preocupação constante a melhoria das condições de vida material e cultural dos trabalhadores.

Contra o que pretendiam os partidos reaccionários (PPD e CDS) os direitos e o papel dessas organizações populares ficaram consignados na Constituição, ainda que com amputações injustificadas. Para esta vitória os deputados comunistas desempenharam um papel determinante.

Há quem pretenda lançar as organizações populares de base contra os partidos políticos democráticos, e em especial contra o PCP. Há quem, procurando o apoio das organizações populares para fins políticos divisionistas, procure semear neles a desconfiança, senão mesmo a hostilidade contra o PCP. Há quem, insistindo num populismo primário e cego, procure afastar as

organizações populares de base de uma larga frente política unitária de esquerda, força indispensável para assegurar o prosseguimento do processo revolucionário. Não se pode deixar de lamentar que o próprio candidato, à sombra do qual se movem os grupos esquerdistas que

procuram disfarçar a sua fraqueza empurrando para a frente as organizações populares, venha, também, insistir na sua velha e muito prejudicial tendência para apreciar superficialmente os partidos políticos, para os considerar um factor de divisão do povo português, e sobretudo manifestar a sua persistente inclinação para tratar todos os partidos políticos pela mesma medida. Hoje, como noutros períodos em que insistiu nessa tese, o major Otelio Saraiva de Carvalho limita-se a não esclarecer, a não mobilizar, e leva, quando muito, à desorientação e confusão alguns dos que o ouvem ou lêem. O mínimo que se pode dizer de tais teses, é que a insistência nelas, no preciso momento em que o principal inimigo dos trabalhadores e das massas populares são os partidos reaccionários, o PPD e o CDS, e em que a vitória sobre esse perigo e essa ameaça depende, em grande parte, da unidade e

influência dos partidos de esquerda, se traduz objectivamente na absorção dos partidos reaccionários, na ausência da sua denúncia, no esquecimento da sua condenação.

A todos os que dizem que as organizações populares são tudo e os partidos políticos democráticos não são nada é altura de lhes lembrar alguns factos importantes.

O Partido Comunista Português não descobriu as organizações populares de base, como agora se chamam, depois do 25 de Abril. Muitos anos antes da queda do fascismo, na noite da clandestinidade, os militantes comunistas impulsionaram a criação de milhares de comissões de trabalhadores, de comissões de bairro, de comissões de rua, de comissões de aldeia, de cooperativas, de clubes e agremiações populares, de grupos desportivos e teatrais. Nessas

organizações populares de base se formaram muitos militantes antifascistas. Nelas se realizava uma unidade muito ampla, quer para a defesa dos interesses imediatos das populações, quer para a luta contra a repressão e o fascismo.

Nas novas condições políticas criadas após o 25 de Abril, essas formas de organização popular desenvolveram-se rapidamente,

transformando-se numa importante força popular, os comunistas desempenharam um papel de maior importância, um papel de vanguarda.

Os factos mostram, pois, que as organizações populares de base não surgiram para se opor aos partidos, como dizem os populistas. Pelo contrário, elas nasceram sob o impulso dos antifascistas e, designadamente dos comunistas que dentro delas desempenharam sempre um papel fundamental.

As organizações populares de base, expressão valiosa e original da unidade das amplas camadas trabalhadoras do nosso povo, não se contrapõem ao PCP, ao partido da classe operária portuguesa, nem às restantes forças políticas democráticas e de esquerda. Todas estas forças têm interesses comuns, na luta contra inimigos comuns. Todas estas forças estão sob a ameaça da restrição muito séria das liberdades de que desfrutam, caso os partidos reaccionários consigam tomar o Poder. A unidade de todas as forças políticas de esquerda e das organizações populares é indispensável para que essas ameaças sejam afastadas e a Revolução prossiga o seu curso, a caminho do socialismo.

— Perante as manobras das forças de direita, qual é que deve ser a posição do Partido Socialista?

Perante o PS coloca-se, portanto, a mesma e imperiosa necessidade de definição que se colocava antes das eleições para a Assembleia da República.

Agora ainda com mais razão. Se antes das eleições, o PS dizia confiar em obter a maioria absoluta dos lugares na Assembleia, agora tem perante si uma Assembleia que não corresponde ao que eram desejos e projectos: o PS não tem a maioria e precisa de alianças para poder constituir governo e ter o indispensável apoio na Assembleia.

Chamado a constituir governo, em virtude de ser o partido mais votado, o PS tem de definir, em relação à formação desse governo, se é sua intenção fazer uma aliança à direita (isto é, com o PPD e o CDS) ou à esquerda (isto é, com o PCP).

Os dirigentes do PS, insistem em que não se aliarão nem com uns nem com outros, mas isto são palavras e apenas palavras.

Dado que existe na Assembleia da República uma maioria de socialistas e comunistas, o PCP declarando estar pronto a examinar com o PS todos os problemas respeitantes à transformação dessa maioria numérica numa real maioria política e à formação de um governo de esquerda assente nessa maioria, já declarou também que não apolará a formação de um governo do PS sozinho, que não servirá de suporte à política do PS.

Portanto, o PS apenas pode insistir na formação de um governo só com socialistas, se contar com apoios expressos ou tácitos dos partidos reaccionários, designadamente do PPD, cujo secretário-geral, Sá Carneiro, está constantemente oferecendo esse apoio como primeira fase de uma aliança governamental PS-PPD para a realização de uma política de direita.

O Povo português está farto de manobras de bastidores. Quer clareza política e clareza de atitudes. Quer que cada partido assuma perante o próprio Povo a responsabilidade dos seus actos.

Se os dirigentes do PS continuam não como «bluff», mas seriamente, a pensar que poderão constituir governo sem cooperar com o PCP, é porque estão dispostos a fazer uma aliança com o PPD (e mesmo com o CDS), tal como os americanos e a reacção europeia estão insistindo.

É então necessário que o digam abertamente, que tomem a responsabilidade de dizer ao nosso Povo, àqueles que votaram PS convencidos que votaram na democracia e na esquerda, a começar pelos próprios militantes socialistas, é necessário que lhes digam que, recusando a aliança com o PCP, projectam constituir um governo em aliança com o PPD e o CDS, com o apoio do PPD, ou do CDS, ou destes dois partidos reaccionários.

É tendo em conta esta situação que o PCP, ao promover a candidatura comunista, tem em vista, no

decurso da campanha, pela sua acção política, criar condições que facilitem a concretização da vontade popular expressa nas últimas eleições, ou seja, a criação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e a formação de um governo de esquerda com participação comunista.

Não há, nas condições actuais, qualquer outra saída constitucional e democrática de acordo com os interesses, o voto e a vontade do Povo português.

A direita reaccionária apoia uma candidatura, mas não tem um candidato. Podemos estar certos de que se, nas eleições para a Assembleia Legislativa, o CDS e o PPD tivessem alcançado a maioria que anunciavam, o seu candidato não teria sido aquele ao qual agora declaram completo apoio.

O CDS e o PPD procuram colar-se ao «mais forte», ao previsível vencedor, cercá-lo politicamente, infligir a candidatura para a direita, ser serviciais com a ideia de exigir amanhã a Belém um preço político.

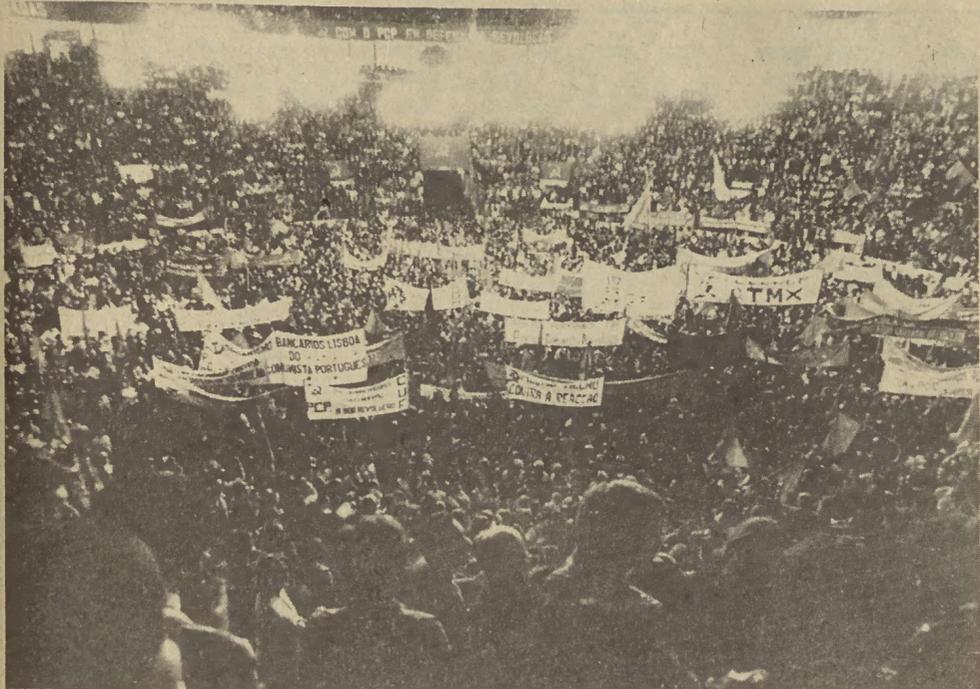
A falsidade do CDS revela-se quando, depois de votar contra a Constituição, depois de conduzir uma campanha violenta contra ela, depois de anunciar uma política diametralmente contrária aos princípios constitucionais, vem anunciar que apoia a candidatura do general Eanes porque este declara que cumprirá e fará cumprir a Constituição.

É esclarecedor que o CDS apoie um candidato, ao mesmo tempo que as suas secções da Madeira e Açores, sob a bandeira da Flama e da FLA, o recebem com palavras hostis e provocatórias.

A falsidade política do PPD aparece no seu súbito amansamento de tom. Aquele PPD da voz grossa de antes das eleições, o PPD inimigo declarado das nacionalizações, da Reforma Agrária e do socialismo, afirma subitamente ser um partido progressista e procura, na convivência do apoio a uma candidatura, criar condições para a formação dum governo de direita PS-PPD, mesmo que passando por uma fase transitória do governo PS com apoio tácito PPD.

A manobra da direita reaccionária é completamente clara. Procura cercar a candidatura, amarrá-la à direita, infligir-lhe para a direita, e, a partir da convivência CDS-PPD-PS em torno da candidatura, criar as bases para uma cooperação na Assembleia da República e para a formação do futuro governo.

O próprio general Kaulza, fascista e colonialista impenitente, (o homem que declarou estar ganha a guerra colonial na altura em que a perdia), depois de desistir do propósito de avançar a própria candidatura, aparece a explicar que desiste para não dividir aqueles que se opõem às «forças totalitárias». As forças que um fascista vestido à pressa de democrata, considerou «totalitárias», são naturalmente os comunistas. Aqueles que não quer dividir são naturalmente o CDS e o PPD.



— Por que motivos é que o PCP promoveu a apresentação da candidatura do camarada Octávio Pato? Para que é que serve essa candidatura?

Dadas as funções que cabem ao Presidente da República — designadamente Presidente do Conselho da Revolução e Chefe das Forças Armadas — o PCP considerou desejável que o futuro Presidente da República fosse um militar.

O PCP estava por isso disposto a considerar o seu apoio a um candidato militar desde que fosse proposto ou tivesse o consentimento do Conselho da Revolução e oferecesse ao Povo português a garantia de respeitar e agir para fazer cumprir a Constituição.

O facto de que não foi apresentado apenas uma candidatura militar de um membro do Conselho da Revolução, mas duas candidaturas (chegou a admitir-se que pudesse aparecer uma terceira) desaconselharam só por si que o PCP tomasse posição em relação a qualquer

excesso, no outro há carência.

É particularmente chocante assistir à corrida oportunista em torno da candidatura do general Ramalho Eanes. Desde a extrema-direita, passando pelo CDS, o PPD, a CAP, até grupos

provocatórios com símbolos da extrema-esquerda, todos procuram colar-se a um candidato que se lhes afigura o mais provável vencedor. Na sua impotência política muitos se conformam em apoiar um candidato, embora não seja o seu. Todos oferecem serviços, não porque alguns pensem de qualquer forma servir a política definida pelo candidato, mas como amigos de ocasião, com a ideia de virem a servir-se dessa atitude para tentarem apresentar amanhã a conta em Belém.

Os súbitos adutores procuram colar ao presumível carro da vitória. Por todas estas razões, o PCP decidiu não apoiar nem hostilizar qualquer dos candidatos militares membros do Conselho da Revolução.

O caso do major Otelo Saraiva de Carvalho é diferente dos outros dois. Não aparece com visível apoio de sectores militares, nem está em condições de desempenhar um papel unificador nas próprias Forças Armadas.

Além do mais, pelos propósitos dos agrupamentos esquerdistas que propuseram e lançaram a sua candidatura, aparece também como um factor de divisão do movimento operário e popular. Esses agrupamentos pretendem servir-se da popularidade de Otelo, não para assegurar o processo

partidos esquerdistas, mas nada mais.

A candidatura de Otelo não é uma iniciativa votada ao reforço da unidade dos trabalhadores e das massas populares.

A candidatura de Otelo é só uma grande operação esquerdista com o objectivo ilusório de minar a influência do PCP na classe operária e nas massas trabalhadoras. Não tem em vista ganhar novas camadas e sectores para a democracia, para a esquerda, para a revolução. Os esforços desta candidatura, os seus itinerários e viagens têm incidido exactamente naquelas regiões e zonas onde o mapa eleitoral é mais favorável ao PCP.

É neste contexto que o PCP promoveu a apresentação de um candidato comunista.

A candidatura do camarada Octávio Pato não é uma candidatura «táctica» ou «de pressão». Não é uma candidatura para desistir à boca das urnas, nem é uma candidatura cujos resultados eleitorais sejam irrelevantes.

A candidatura do camarada Octávio Pato assenta num programa bem claro e definido. Defende perspectivas e soluções para os problemas nacionais no interesse dos trabalhadores e no caminho da democracia rumo ao socialismo consignado na Constituição.

A política defendida pela candidatura do camarada Octávio Pato é uma política concreta, possível e necessária. A sua concretização tem sido, e é e continuará a ser o principal objectivo do PCP.

Uma grande votação no camarada Octávio Pato, um grande movimento de apoio à sua candidatura representará não só um claro apoio a essa política de defesa e prosseguimento da revolução como também — e o que é mais — a criação de condições reais para a sua concretização.

Significará que o povo português confirma a sua vontade de ver executada uma política de esquerda manifestada nas eleições para a Assembleia da República, atestarão a determinação do povo português de repudiar manobras que falseiem a sua vontade. E criarão condições muito concretas de defesa e execução dessa política ao fortalecerem o apoio popular a uma grande e poderosa organização que por ela intransigentemente se bate: o Partido Comunista Português.

democrático, mas para em torno da demagogia esquerdista, tentarem dividir os trabalhadores e as massas, tomando como alvo preferencial dos seus ataques PCP.

Não é útil à esquerda o voto em Otelo que não tem uma política (o seu Manifesto é uma cópia mal disfarçada e apressada do Programa Eleitoral do PCP e da Declaração de Octávio Pato), que não tem meios para realizar uma política. (um só deputado da UDP na Assembleia da República), que não tem o escasso apoio de 180 mil votos dos partidos esquerdistas. O voto em Otelo é o voto atirado ao vento e o voto despedido que não favorecerá nem governo de esquerda nem política de esquerda. O apoio eleitoral a Otelo pode conduzir a uma reconversão dos

partidos esquerdistas, mas nada mais.

A candidatura de Otelo não é uma iniciativa votada ao reforço da unidade dos trabalhadores e das massas populares.

A candidatura de Otelo é só uma grande operação esquerdista com o objectivo ilusório de minar a influência do PCP na classe operária e nas massas trabalhadoras. Não tem em vista ganhar novas camadas e sectores para a democracia, para a esquerda, para a revolução. Os esforços desta candidatura, os seus itinerários e viagens têm incidido exactamente naquelas regiões e zonas onde o mapa eleitoral é mais favorável ao PCP.

É neste contexto que o PCP promoveu a apresentação de um candidato comunista.

A candidatura do camarada Octávio Pato não é uma candidatura «táctica» ou «de pressão». Não é uma candidatura para desistir à boca das urnas, nem é uma candidatura cujos resultados eleitorais sejam irrelevantes.

A candidatura do camarada Octávio Pato assenta num programa bem claro e definido. Defende perspectivas e soluções para os problemas nacionais no interesse dos trabalhadores e no caminho da democracia rumo ao socialismo consignado na Constituição.

A política defendida pela candidatura do camarada Octávio Pato é uma política concreta, possível e necessária. A sua concretização tem sido, e é e continuará a ser o principal objectivo do PCP.

Uma grande votação no camarada Octávio Pato, um grande movimento de apoio à sua candidatura representará não só um claro apoio a essa política de defesa e prosseguimento da revolução como também — e o que é mais — a criação de condições reais para a sua concretização.

Significará que o povo português confirma a sua vontade de ver executada uma política de esquerda manifestada nas eleições para a Assembleia da República, atestarão a determinação do povo português de repudiar manobras que falseiem a sua vontade. E criarão condições muito concretas de defesa e execução dessa política ao fortalecerem o apoio popular a uma grande e poderosa organização que por ela intransigentemente se bate: o Partido Comunista Português.

democrático, mas para em torno da demagogia esquerdista, tentarem dividir os trabalhadores e as massas, tomando como alvo preferencial dos seus ataques PCP.

Não é útil à esquerda o voto em Otelo que não tem uma política (o seu Manifesto é uma cópia mal disfarçada e apressada do Programa Eleitoral do PCP e da Declaração de Octávio Pato), que não tem meios para realizar uma política. (um só deputado da UDP na Assembleia da República), que não tem o escasso apoio de 180 mil votos dos partidos esquerdistas. O voto em Otelo é o voto atirado ao vento e o voto despedido que não favorecerá nem governo de esquerda nem política de esquerda. O apoio eleitoral a Otelo pode conduzir a uma reconversão dos

partidos esquerdistas, mas nada mais.

— Quais são os perigos que comportam as manobras dos reaccionários para tentarem dividir as Forças Armadas e mesmo virá-las contra o povo? No actual momento pode fazer alguma coisa para impedir essa acção?

O objectivo fundamental da candidatura de Octávio Pato é dar uma contribuição positiva e construtiva para a consolidação, a estabilidade e o prosseguimento do processo democrático.

Para que este objectivo seja alcançado, continuam a ser fundamentais, como têm sido desde o 25 de Abril de 1974, a evolução da situação nas Forças Armadas e as relações entre as Forças Armadas e o Povo, convencidos como continuamos estando de que a aliança do Povo com as Forças Armadas, apesar de ter sofrido grandes modificações no decorrer do processo revolucionário, continua a ser um factor de vital importância para a defesa e a continuação da nossa jovem democracia.

No que respeita às Forças Armadas, dar uma contribuição positiva para a consolidação, estabilidade e prosseguimento do processo democrático significa, em primeiro lugar, na situação actual, contribuir para a unidade das Forças Armadas na base dos princípios libertadores do 25 de Abril e da aplicação e defesa da Constituição.

É a reacção que está interessada (e claramente o afirma) em dividir as Forças Armadas, em provocar no seu seio choques e conflitos que possibilitem nova vaga de saneamentos à esquerda, o afastamento de militares que desempenham altas funções e (conforme os próprios fascistas começam a anunciar) substituições e remodelações no Conselho da Revolução e noutras instâncias militares, a favor de novo avanço de elementos reaccionários.

As vergonhosas campanhas de jornais fascistas e outros jornais animados pelo mais venenoso e sectário sensacionalismo, secundados por grupos provocatórios pseudo-revolucionários, visam desacreditar muitos dos mais válidos «capitães» do MFA, dividir militares, colocar uns contra os outros, para que prossigam conflitos internos, cisões e confrontos que no passado estão na origem de um sério enfraquecimento das forças revolucionárias.

É tempo que todos os militares favoráveis ao processo democrático, quaisquer que sejam as suas diferenças de opinião, unam fileiras contra a reacção que os espreita, que os empurra uns contra os outros, que os quer sacrificar uns após outros, para depois ficar com o terreno livre para avançar em direcção à realização do seu propósito de instaurar um nova ditadura.

Nunca como hoje foi tão necessária a união dos militares que querem que prossiga o processo democrático, de forma a reforçar a unidade das Forças Armadas, como garante do novo regime democrático, e da independência nacional.

A actuação do PCP em relação às eleições presidenciais, a sua posição de não apoiar nem hostilizar qualquer candidato militar membro do Conselho da Revolução, fundamenta-se nesta preocupação de contribuir para a unidade das Forças Armadas.

Ainda no que respeita às Forças Armadas, dar uma contribuição positiva para a consolidação, estabilidade e prosseguimento do processo democrático significa, em segundo lugar, contribuir para a continuação da aliança das Forças Armadas com o Povo.

Desde 25 de Abril de 1974 que a reacção desenvolve uma insistente campanha política, uma intensa intriga, acções provocatórias de toda a espécie para quebrar essa aliança, para separar o Povo e as Forças Armadas, para opor o Povo às Forças Armadas e as Forças Armadas ao Povo.

A reacção sabe bem que, se conseguisse alcançar esse objectivo, a capacidade de defesa, consolidação e progresso da democracia portuguesa, ficaria gravemente comprometida e as forças da liberdade e do progresso social caminhariam rapidamente para a derrota.

Por isso, desde 25 de Abril, apesar da irregularidade do processo revolucionário, das contradições, conflitos e modificações verificadas nas Forças Armadas, o PCP defendeu sempre, em todas as circunstâncias, a aliança do movimento popular com o MFA, do Povo com as Forças Armadas.

Antes, durante e depois dos acontecimentos de 25 de Novembro, mantivemos sempre inalterável esta preocupação.

Depois de 25 de Novembro, tanto a direita reaccionária, como os esquerdistas irresponsáveis, como os provocadores neonazis, fizeram tudo para estimular a oposição frontal e definitiva do Povo às Forças Armadas e para voltar as Forças Armadas contra o movimento operário e popular, particularmente contra as organizações sindicais e contra o PCP.

Defrontando toda a complexidade da situação, o PCP insistiu em que uma ruptura e um confronto entre as massas populares e as Forças Armadas seriam o princípio do fim da democracia portuguesa, e que, pelo contrário, mesmo nas novas e complexas

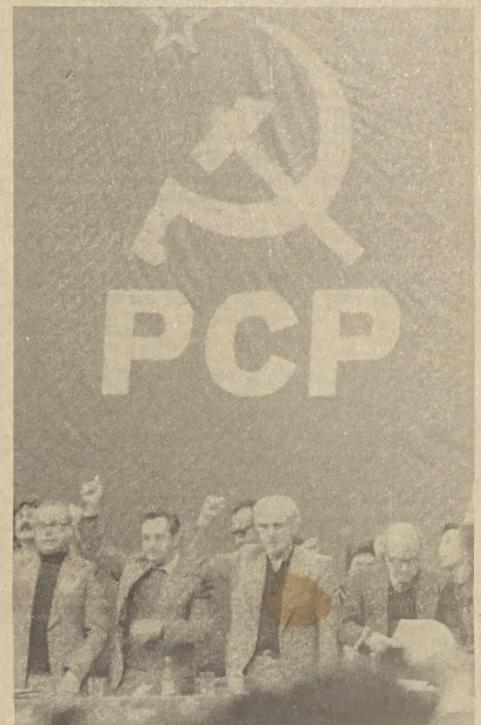
condições, a aliança do Povo com as Forças Armadas, embora em novas formas, era essencial para assegurar a defesa das liberdades e o prosseguimento do processo democrático.

A nossa posição nas eleições presidenciais tem em conta esta análise, esta preocupação e este propósito.

Tanto a reacção, como os grupos esquerdistas e aventureiristas estariam interessados em que a campanha se desenvolvesse de tal forma que, por virtude do apoio da direita às candidaturas militares, procurando dar-lhes um carácter anticomunista, envolvendo os candidatos com grupos e gente desclassificada e com provocadores, o Povo se acirrasse contra os candidatos militares, o movimento operário se opusesse frontalmente às candidaturas e às Forças Armadas, cavando definitivamente um fosso e abrindo caminho a um conflito mortal.

O PCP tudo fará para que isso não suceda. Tudo fará para que, não só não haja uma rotura entre o movimento operário e popular e as Forças Armadas, como continue a aliança a ser uma realidade.

Os esquerdistas, os aventureiros irresponsáveis, poderiam talvez querer que o nosso Partido, jogando com exaltadas palavras pseudo-revolucionárias, entrasse em conflito com os



«generais burgueses» como eles dizem, ou atacasse o Conselho da Revolução, que há muito designam como o «Conselho da Contra-Revolução».

Mas os revolucionários não se distinguem pelas palavras exaltadas que dizem, mas pela real contribuição que dão para o triunfo, a defesa e a continuidade do processo revolucionário.

Como já foi declarado, a posição do PCP em relação às candidaturas militares não exclui que possamos amanhã apoiar a acção de um militar eleito Presidente da República, desde que na sua acção defenda as liberdades e a democracia, desde que respeite e faça respeitar a Constituição.

Um dos candidatos afirmou que os homens se julgam pelo que fazem. Assim procedemos nós. Qualquer que seja o futuro Presidente eleito, julgá-lo-emos pelo que disser e pelo que fizer. Se agir contra as liberdades, contra a democracia, contra os interesses do Povo trabalhador, terá a nossa oposição. Se agir em defesa e cumprimento da Constituição terá o nosso apoio.

Agiremos para que o Povo possa cooperar com Belém e para que Belém possa cooperar com o Povo.

— Nas actuais circunstâncias criadas pela campanha para a eleição do Presidente da República, o PCP não corre o risco de ficar isolado?

O PCP apresentou o seu candidato próprio às eleições presidenciais, não participando na corrida oportunista em torno das candidaturas militares. Foi o único partido a tomar esta atitude. Querirá isto dizer que o PCP corre o risco de ficar isolado? Não, de maneira alguma — antes pelo contrário.

O Partido Comunista Português é um Partido com grande e gloriosa história, é a vanguarda organizada, independente e revolucionária dos trabalhadores, é um Partido que se guia pelo ideal de servir o povo, é um Partido que sempre o serviu e sempre o servirá sejam quais forem as condições em que actue, sejam quais forem as provas

exigidas aos seus militantes.

O seu papel na política portuguesa resulta precisamente de que, com as raízes bem fundadas na classe operária e nas massas populares, tem a sua maneira própria de ver as coisas, a sua política própria, os seus objectivos próprios. Por isso o PCP embora disposto e pronto a fazer alianças, não corre atrás de ninguém.

Sem dúvida que o isolamento do PCP é o objectivo comum dos fascistas, de toda a direita reaccionária, de certos dirigentes do PS, que estão dando novos alentos à campanha anticomunista, de grupos esquerdistas e aventureiristas e de provocadores

neonazis, que usam símbolos revolucionários, mas que servem o CDS e o PPD.

O maior perigo de isolamento que pode ter um partido revolucionário é, porém, o do isolamento em relação às massas. Uma política de princípios, uma política orientada, não pela comodidade ou facilidade oportunista, mas pela determinação de defender em todas as circunstâncias e momentos os interesses do povo trabalhador, pela determinação de servir efectivamente o processo democrático, é a única que pode permitir ao PCP reforçar os laços com a classe operária e as massas, e ganhar um mais amplo apoio popular. E é na medida em que se reforce esses

laços e esse apoio, que o PCP não será isolado e que as outras forças políticas democráticas, as próprias Forças Armadas, terão em conta os interesses e a voz dos trabalhadores e terão em conta a importância e o papel do movimento operário e popular, tendo à frente o seu Partido — o Partido Comunista Português.

Ao decidir promover a apresentação de um candidato comunista à Presidência da República, o PCP não se isola, mas pelo contrário, pretende criar condições favoráveis para que o movimento operário e popular e o próprio Partido continuem tendo uma intervenção positiva, criadora e indispensável na construção da democracia portuguesa.



delas. Mesmo sem ter em consideração outros aspectos e sem ajudar dos homens, uma atitude de apoio ou de oposição a qualquer delas por parte do PCP influenciaria no sentido do agravamento de contradições e tensões nas próprias Forças Armadas, o que só poderia favorecer a reacção.

Além disso, independentemente das características pessoais dos candidatos, as candidaturas militares perderam muito da sua clareza política, quando num caso, correram a apoiá-la numa estranha convergência, numa amálgama, forças reaccionárias e grupos de provocadores e, noutro caso, não se definiram quais as forças políticas de apoio. Para clarificação política, num caso há

políticos nem reflectem que tais jogos são sempre perigosos, porque se calham com homens dignos para estes vale mais a palavra franca e leal, mesmo que incómoda, do que o gesto servil de quem, ao mesmo tempo que o faz, já esboça o estender de mão para receber a moeda.

Alguns dos que hoje louvam e apoiam o general Eanes e combatem P. de Azevedo, louvaram e apoiaram sucessivamente Costa Gomes contra Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo contra Costa Gomes. Não tenhamos dúvidas de que, se este candidato vencesse e (como queremos crer) mantivesse o seu declarado propósito de respeitar a Constituição, não passaria muito tempo sem que o combatessem aqueles mesmos que hoje se

democrático, mas para em torno da demagogia esquerdista, tentarem dividir os trabalhadores e as massas, tomando como alvo preferencial dos seus ataques PCP.

Não é útil à esquerda o voto em Otelo que não tem uma política (o seu Manifesto é uma cópia mal disfarçada e apressada do Programa Eleitoral do PCP e da Declaração de Octávio Pato), que não tem meios para realizar uma política. (um só deputado da UDP na Assembleia da República), que não tem o escasso apoio de 180 mil votos dos partidos esquerdistas. O voto em Otelo é o voto atirado ao vento e o voto despedido que não favorecerá nem governo de esquerda nem política de esquerda. O apoio eleitoral a Otelo pode conduzir a uma reconversão dos

partidos esquerdistas, mas nada mais.

PUB.

BOAS PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO ENTRE A BULGÁRIA E PORTUGAL

O balanço da cooperação entre a República Popular da Bulgária e Portugal abre perspectivas para um maior estreitamento das relações mutuamente vantajosas entre os dois países

Unões e firmas industriais e comerciais búlgaras encontram-se amplamente representadas na Feira Internacional de Lisboa que já se encontra aberta ao público. Esta participação da Bulgária surge na sequência do estreitamento da cooperação económica e cultural entre Portugal e a Bulgária e das perspectivas favoráveis de alargamento das relações entre os dois países. Já em 1975, a Bulgária participou oficialmente na FIL e Portugal na Feira Internacional de Plovdiv.

A cooperação entre a Bulgária e Portugal, que constitui uma magnífica concretização dos acordos de Helsínquia sobre Cooperação e Segurança Europeias, só foi possível com a vitória das forças democráticas no 25 de Abril que quebraram o isolamento a que o fascismo havia limitado o país relativamente ao campo socialista. As primeiras conversações entre os dois países sobre cooperação mútua realizaram-se em Fevereiro de 1975, em Sófia, tendo como resultado a assinatura de um acordo comercial de cinco anos entre a República Popular da Bulgária e o nosso país, segundo o qual os dois países se concederam a cláusula de nação favorecida, sendo o pagamento dos intercâmbios das mercadorias realizado em divisa livremente convertível.

Em Julho de 1975, os dois países trocaram entre si delegações económicas e estabeleceram-se contactos entre uniões económicas e empresas do comércio exterior da Bulgária e organizações portuguesas.

Em Outubro de 1975, realizou-se em Lisboa, a primeira sessão da Comissão mista búlgaro-portuguesa, cujas delegações foram chefiadas pelos ministros do comércio externo dos dois países. Foram assinados acordos de colaboração económica, industrial e científico-técnica, de navegação comercial, de transporte aéreo, o Protocolo de intercâmbio de mercadorias em 1976 e o Protocolo de colaboração no sector da agricultura.

No ano passado, o valor do intercâmbio de mercadorias entre os dois países atingiu 4 milhões de dólares, dos quais 3,9 milhões relativos a cortiça em bruto e transformada, azeitonas e azeite, tecidos e confecções, sapatos, matérias primas minerais, cabos telefónicos exportados por Portugal, e a empilhadoras eléctricas, electro-motores, máquinas agrícolas, metais, fibras sintéticas, produtos alimentícios, tabaco e outros exportados pela Bulgária.

Foram estabelecidos contactos da RPB com a firma «Lisnave» que tem realizado reparações de barcos pesqueiros búlgaros (em 1975, foram consertados cinco navios búlgaros). Actualmente está em estudo a possibilidade de colaborações e de cooperação na produção de cascos de navios, no projecto e construção de fábricas de construção naval e de consertos de navios, de construção de guindastes e de outros.

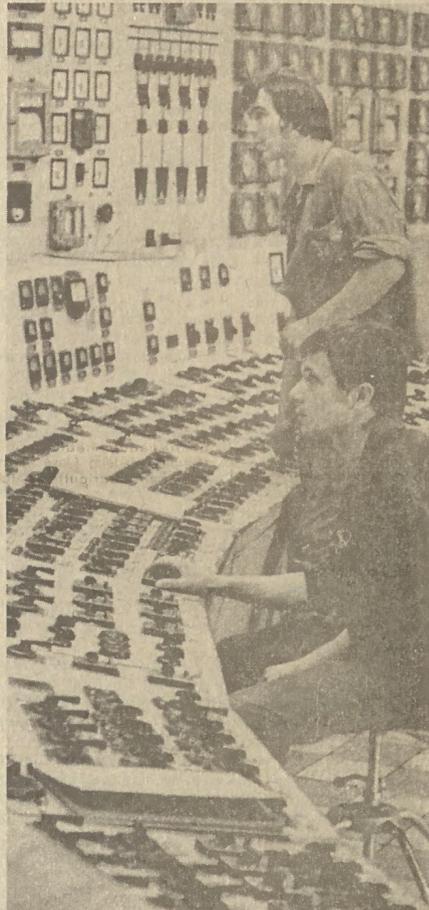
Encontra-se também em estudo a possibilidade de colaboração nos sectores da construção de máquinas de transporte e elevação (empilhadeiras eléctricas e a motor, teleféricos), da técnica electrónica e de organização, da construção, de

máquinas agrícolas e de transporte. Existem perspectivas favoráveis para o intercâmbio a longo prazo de metais e produtos metálicos, para a realização de transacções a longo prazo de produtos químicos, adubos, derivados de petróleo e outros.

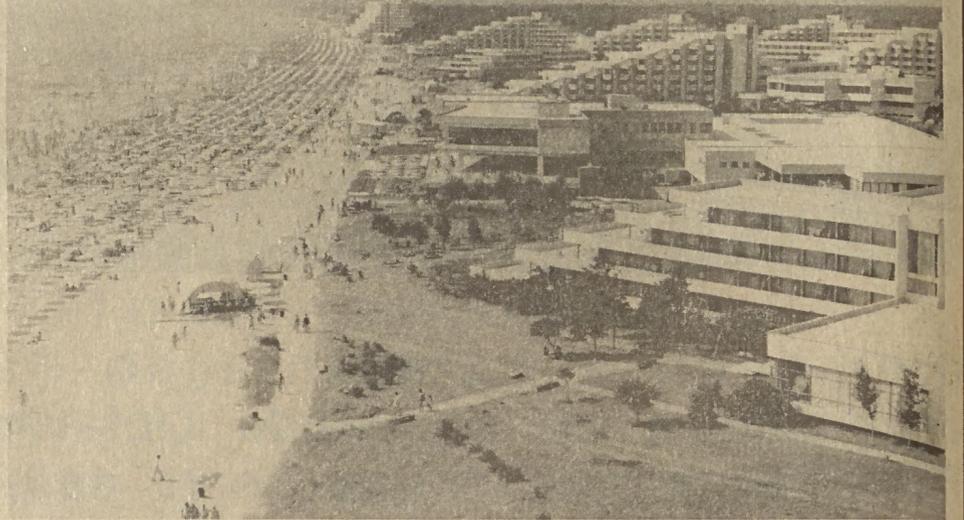
Os contactos estabelecidos abrem possibilidades de colaboração na organização, administração e mecanização da agricultura e especialmente no cultivo do tabaco, girassol e algodão. Técnicos búlgaros visitaram Portugal para transmitir a experiência búlgara neste domínio num espírito de ajuda.

Esboçam-se ainda perspectivas de colaboração nos sectores da produção têxtil, de fibras sintéticas, sapatos e outros.

Este breve balanço permite concluir que um futuro mutuamente vantajoso se abre para as relações económicas entre Portugal e a República Popular da Bulgária, as quais se desenvolverão e diversificarão aproximando os povos dos dois países unidos nos objectivos de uma cooperação e amizades fraternas.



O desenvolvimento técnico ao serviço da construção do socialismo e do comunismo na República Popular da Bulgária



Na República Popular da Bulgária, o direito dos trabalhadores ao descanso é amplamente reconhecido e facilitado. Na foto, uma das inúmeras estâncias de veraneio: a de Albena, no Mar Negro

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA BULGÁRIA

O desenvolvimento tecnológico da Bulgária afirma-se cada vez mais e começa a tornar-se conhecido em todo o mundo

Na etapa actual da revolução científico-técnica no mundo, quando se coloca a questão sobre as possibilidades de exportação da construção de máquinas é necessário analisar as possibilidades técnicas e a disposição de edificar uma sólida cooperação internacional.

A produção da construção de máquinas da República Popular da Bulgária é bem aceite em mais de 75 países do mundo; 30% da exportação de máquinas e instalações é realizada de forma especializada no âmbito do CAME, e esta percentagem representa 58% da exportação industrial do país, abarcando 40% da exportação total em 1975.

Actualmente, 18% da renda nacional da Bulgária advém da construção de máquinas e 23% da produção industrial total do país provém deste ramo.

A Bulgária ocupa o 19.º lugar entre os países que detêm 99% da exportação mundial de máquinas. Segundo dados da ONU, o país ocupa o segundo lugar na exploração *per capita* de estanho, o 4.º na de zinco, o 22.º na de aço. A metalurgia

representa mais de 6% da produção industrial do país, índice característico dos países desenvolvidos.

Nos últimos cinco anos, juntamente com a modernização e reconstrução dos potenciais básicos foi realizada a passagem da produção de máquinas isoladas para a produção de sistemas de máquinas, linhas complexas, complexos tecnológicos que resolvem os problemas de mecanização e automatização nos diversos ramos da economia.

Criaram-se métodos novos para a solução dos problemas originais pelo carregamento e descarregamento de mercadorias que permitiram libertar 15% do pessoal ocupado na indústria e orientá-lo para novas ocupações.

Durante o quinquénio 1971-1975 aumentou a produção de máquinas para cortar metal, máquinas automáticas de precisão, manipuladores, instalações com equipamentos hidráulicos e pneumáticos, etc.

No sector da construção de máquinas agrícolas passou-se

à produção de máquinas e instalações para o cultivo de uma série de culturas e preparação de alimentos e criação de animais. Ao mesmo tempo procedem-se a estudos de sistemas para a automatização dos processos nos grandes complexos agro-industriais.

Foi igualmente incrementada a construção de máquinas alimentícias, a hidráulica e pneumática, a construção de automóveis, a construção de máquinas pesadas, a construção naval e outras.

É preciso não esquecer também a técnica de computação electrónica, que se tem vindo a desenvolver muito rapidamente — apenas nos últimos cinco anos aumentou o seu volume cerca de 10 vezes.

Uma das principais questões nas actividades da pesquisa foi a diminuição do ciclo de pesquisas — aplicação da divisão internacional dos esforços através da utilização dos potenciais nacionais e da utilização de todas as vantagens da revolução científico-técnica no mundo. Assim, no período de 1971-1975 cerca de 85% das

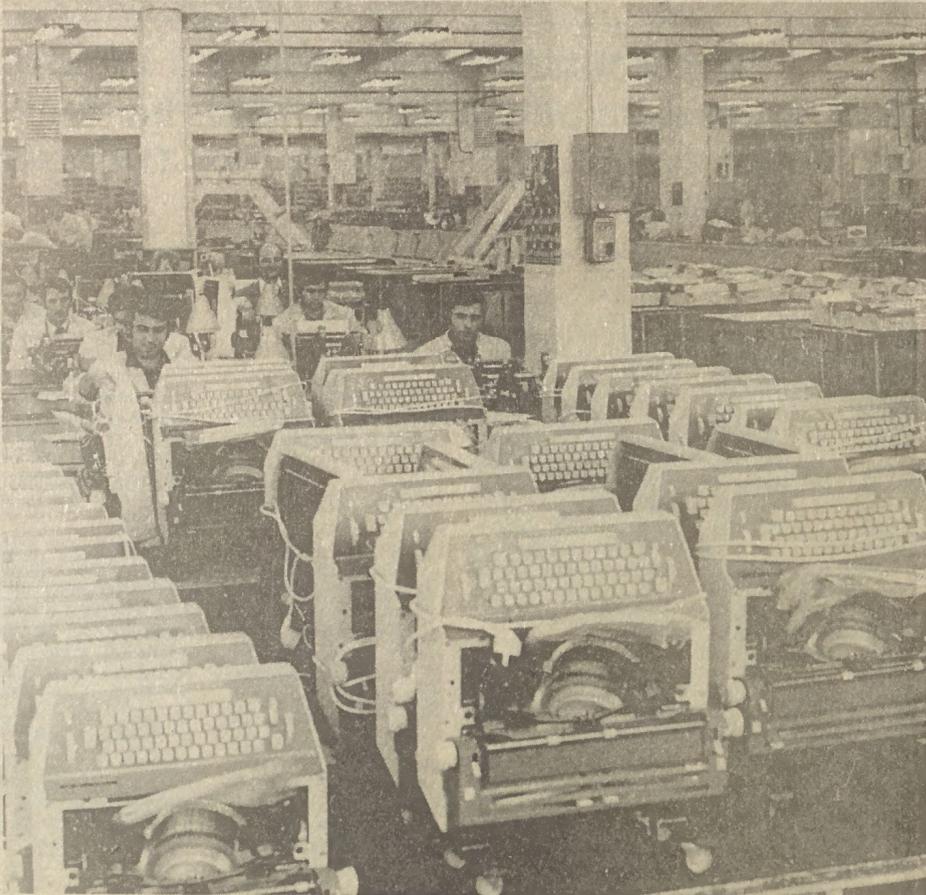
máquinas e instalações produzidas foram renovadas ou aperfeiçoadas as suas estruturas e qualidades de exploração técnica.

A filiação da Bulgária no CAME assegura as condições objectivas para o desenvolvimento futuro da construção de máquinas búlgaras.

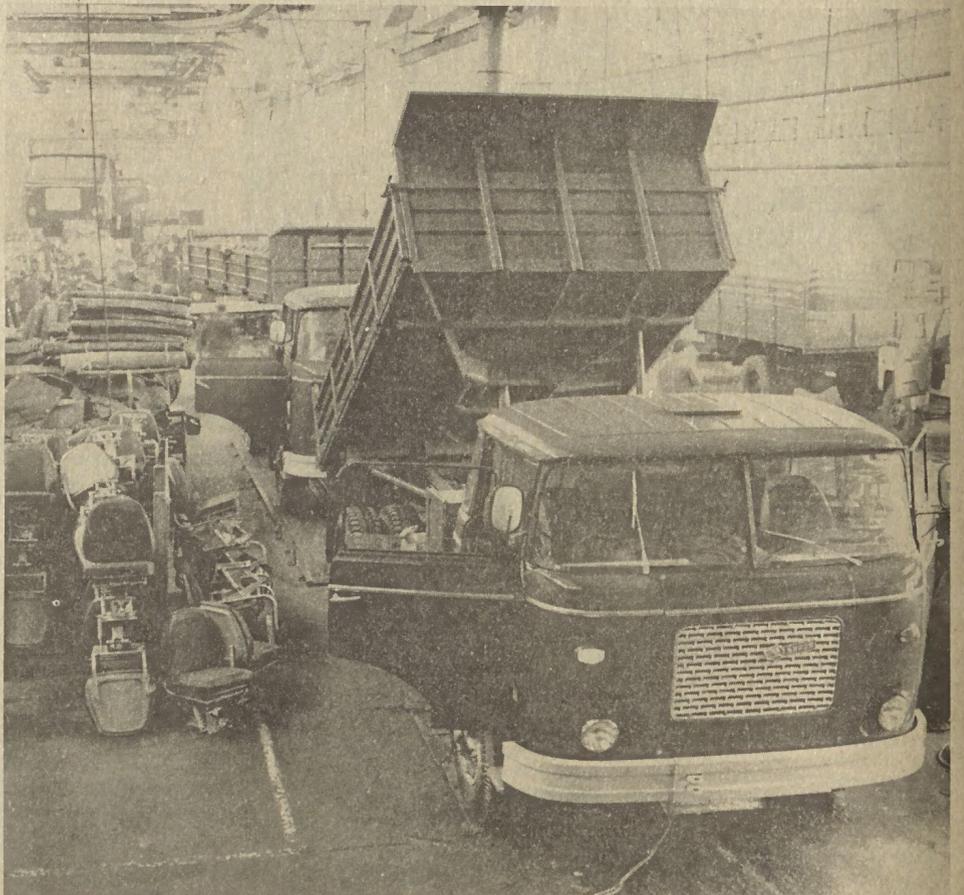
De salientar a colaboração com a União Soviética. No período 1971-1975 o intercâmbio de mercadorias entre a Bulgária e a URSS, no que se refere à construção de máquinas e metalurgia, aumentou mais do dobro, com uma proporção de importação em relação à exportação próxima de 1-1.

Ao mesmo tempo, desenvolvem-se e consolidam-se os contactos comerciais com uma série de países da Ásia, África e América-Latina.

Uma forma interessante de cooperação e colaboração que se tem vindo a desenvolver é a montagem de produtos búlgaros nos próprios países interessados. Assim se têm criado e estreitado laços entre a Bulgária e a Grécia, Turquia, Irão, Iraque, Indonésia, Egipto, Tunísia, Marrocos e outros.



O desenvolvimento técnico-científico da República Popular da Bulgária é uma das mais importantes bases para a construção da sociedade socialista desenvolvida, constituindo a base material e técnica da construção do comunismo



AMPLIO MOVIMENTO DE APOIO À CANDIDATURA DE OCTÁVIO PATO

Por todo o lado, as massas trabalhadoras constituem comissões de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato. Dezenas de comissões distritais e centenas de comissões concelhias, de freguesia e de empresas encontram-se já em pleno funcionamento



PROCLAMAÇÃO DOS INTELECTUAIS DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

“É tempo de verificarmos em conjunto o que valem certas fronteiras ideológicas que sobrevalorizam o acessório e subestimam o que de fundamental nos pode unir. É tempo de compreendermos que renunciando à unidade de esquerda entregamos ao nosso inimigo comum a nossa melhor e mais eficaz arma”

1 - As presentes eleições para a Presidência da República constituem uma batalha política importante, indissociável da luta mais ampla pela defesa das conquistas revolucionárias do povo português desde o 25 de Abril de 1974: as liberdades democráticas, a Reforma Agrária, o controle operário.

coerência na linha do Partido, um contributo decisivo para a clarificação da vida política portuguesa e para a criação de correlação de forças favorável ao progresso social do nosso povo e do nosso País.

Serigrafia, Maria de Lurdes Freitas - Pintora, Vitor Palla - Pintor, Ivone Baletto - Pintora, António Domingues - Pintor, Reinaldo Silva - Pintor, Rogério Ribeiro - Pintor, Maurício Penha - Escultor, José Oliveira Farinha - Escultor, Rogério do Amaral - Pintor, António Pereira da Trindade - Escultor, Hilário Teixeira Lopes - Pintor, José Garibaldi - Editor, Manuel Rodrigues de Oliveira - Editor, Rogério Mendes de Moura - Editor, Rui de Moura - Editor, José Fráguas Lucas - Editor, Nelson de Matos - Editor, António Melo - Assistente Universitário, Manuel Neves - Cineclubista, Henrique Espírito Santo - Director de Produção, Gisela da Conceição - Assistente de realização, Eduardo Geada - Realizador, Manuel Machado da Luz - Crítico de cinema, António Campos - Realizador, Manuel Costa e Silva - Director de Fotografia e realizador, Manuel Ruas - Realizador, José Gaspar - Realizador, João Resa - Cineclubista, Manuel Jorge Barbosa - Pintor, Manuel Augusto Araújo - Crítico de Arte, Mário Fernando Silva - Pintor, José Rosa de Flores - Pintor, Mário Lobato Viegas - Pintor, Manuel Gil Teixeira Lopes - Pintor.

Viçoso, Assistente Universitário; Salomão de Lemos Figueiredo, Professor Universitário; Abel António Grilo de Sousa Dias, Assistente Universitário; Álvaro Luis Antunes Pina, Assistente Universitário; António Borges Coelho, Professor Universitário; António Horácio Simões de Abreu, Assistente Universitário; António Osório dos Santos Carvalho, Professor do Ensino Superior; Eduardo Carreiro Domingues Chitas, Assistente Universitário; Carlos Francisco Beltrair Tavares de Almeida, Assistente Universitário; Daniel de Sousa, Assistente Universitário; Emídio Rafael Moreira Veloso, Assistente Universitário; Ermelinda Baptista, Assistente Universitária; Fernando Simões Cartaxo, Assistente Universitário; Francisco Vasconcelos Esteves, Professor do Ensino Superior; Guilherme da Silva Aroz, Assistente Universitário; Hernâni Araújo Resende, Assistente Universitário; João Cosme Santos Guerreiro, Professor do Ensino Superior; João Manuel Frago Mendes, Professor do Ensino Superior; Joaquim Barradas de Carvalho, Professor do Ensino Superior; José Barata Moura, Assistente Universitário; José Gabriel Pereira Lopes, Assistente Universitário; José Luis Simões da Fonseca, Professor do Ensino Superior; José Manuel Veloso de Sousa, Assistente Universitário; Luís Filipe Conceição Pereira, Assistente Universitário; Maria Cândida Vinha Novais, Professora do Ensino Superior; Maria de Lourdes Pinto e Pinho Veloso, Assistente Universitária; Maria Manuela Brotas de Carvalho, Professora do Ensino Superior; Marieta Amélia da Silveira, Professora do Ensino Superior; Mário Serafim dos Santos Nunes, Assistente Universitário; Sândónio da Costa Pardal, Assistente Universitário; Vasco Magalhães-Vilhena, Professor do Ensino Superior; Arnaldo António Pereira, Assistente Universitário; Paulo Fernando Varela Gomes, Professor do Ensino Secundário; Augusta Maria Santos Martins, Professora do Ensino Primário; Clara Rijo, Professora do Ensino Primário; João Louro, Professor do Ensino Secundário; Maria Amélia Costa, Professora do Ensino Primário; Maria Natércia Alfere Gonçalves, Professora do Ensino Primário; Alda Maria Simões Pereira, Professora do Ensino Secundário; Ana Maria Jerónimo, Professora do Ensino Secundário; Fernando Lourenço Baptista, Professor do Ensino Secundário; Henrique Figueiredo Bastos, Professor do Ensino Secundário; Maria Helena Grádim Fróis, Professora do Ensino Secundário; Maria Raquel Gomes de Oliveira, Professora do Ensino Secundário; Maura do Rosário Barros, Professora do Ensino Secundário; Maria Teresa Loureiro de Carvalho, Professora do Ensino Secundário; Rita Magrinh, Professora do Ensino Secundário; Dillina Bandoum, Educadora de Infância; Elsa Oliveira, Professora do Ensino Secundário; Paulo Rodrigues, Professor do Ensino Secundário; António Saint Aubyn, Professor do Ensino Superior; Filomena Branco, Professora do Ensino Secundário; Filipe Dinis, Professor do Ensino Secundário; Ludgero Leite, Professor do Ensino Secundário; Maria de Fátima Rodrigues, Professora do Ensino Secundário; Maria Amélia Carvalho, Professora do Ensino Secundário; Sílvia Ferreira, Professora do Ensino Secundário; Vítor Manuel Pena

2 - O Partido Comunista Português, vanguarda organizada e revolucionária, vanguarda histórica da classe operária e dos trabalhadores portugueses têm sido um factor activo e determinante no processo de transformação da sociedade portuguesa.

Os intelectuais comunistas saúdam na candidatura de Octávio Pato, o lutador antifascista, o militante revolucionário, o dirigente operário e comunista; saúdam nela a vontade e a possibilidade real de unificação das forças da democracia, da independência nacional e do socialismo.

Celestino de Castro, Arquitecto; João Simões, Arquitecto; António Carvalho, Arquitecto; Rui Dantas Ferreira, Engenheiro; Júlio Martins, Engenheiro; António Azevedo Felo, Engenheiro; Gaspar Teixeira, Engenheiro; Alfredo Portela Santos, Engenheiro; Rui Amigo, Engenheiro; José Soares de Almeida, Engenheiro; João António Nunes, Engenheiro; Maria da Soledade Alves, Economista; Eugénio Rosa, Economista; Manuel Rosendo Souto Teixeira, Médico; Orlando Leitão, Médico; Ludgero Pinto Basto, Médico; Seabra Diniz, Médico; António Esteves, Médico; Álvaro Beltrão da Luz e Silva, Médico; José Manuel de Paiva Jara, Médico; Artur do Céu Coutinho, Médico; Artur Moreira Lopes, Médico; Luís Pinto Figueiredo, Médico; Ermelinda Carvalho Duarte Santos Silva, Médico; José Manuel Palmilha, Médico; João Falcato, Médico; Aguiñald Cabral, Médico; José Henriques Fonseca Marvão, Médico; José Alves Menezes, Médico; Rosália Heitor Ferreira, Médica; Rui Pinhão, Médico; Azevedo e Silva, Médico; Joaquim Barros Sá Gomes, Médico; António Delgado Martins, Médico; António Assunção Araújo, Médico; Vieira da Luz, Médico; César Abel, Médico; José Geraudes Guerreiro Barata, Médico; Maria Margarida Barbosa, Médica; Fernanda Romero Garcia, Médica; Ana Diniz, Médica; António Ayres Trigo de Sousa, Médico; Irineu Cruz, Médico; Margarida Lucas Barros de Moura, Médico; Abílio Marcelino Alves, Médico; Maria Gaio, Médica; Maria de Lourdes Cardoso Pires Neves, Médica; José Pinheiro Lopes de Almeida, Advogado; Joaquim Silveira, Médico; Rosário de Almeida, Advogado; Delgado Martins, Advogado; Serrão de Moura, Advogado; Carlos Barbelto, Advogado; Maria Clementina Diniz, Psicóloga; Balthazar Ruivo, Psicólogo; Pitucas Antunes, Psicólogo; Maria Leonor Baeta Neves, Psicóloga; Maria Manuela Almeida Costa, Psicóloga; Arsénio Costa, Psicólogo; Maria da Graça Barahona, Psicóloga; Isabel Maria Franco Esteves, Assistente Universitária; João Avevino Passos da Cunha Serra, Assistente Universitário; João Pedro Moreira Gomes, Assistente Universitário; Salvario Amador Seabra Teles de Menezes, Assistente Universitário; Vítor Manuel Pena

4 - Nós, intelectuais comunistas, chamamos os intelectuais progressistas à reflexão sobre estes problemas. É tempo de verificarmos em conjunto o que valem certas fronteiras ideológicas que sobrevalorizam o acessório e subestimam o que de fundamental nos pode unir. É tempo de compreendermos que renunciando à unidade de esquerda entregamos ao nosso inimigo comum a nossa melhor e mais eficaz arma.

Por isso, nós apelamos ao voto em Octávio Pato. Uma grande votação na candidatura do Partido Comunista Português é, na situação política actual, um contributo decisivo e seguro no aprofundamento das condições que permitam a consolidação da democracia e o desenvolvimento da luta do povo português pela sua libertação completa.

Manuel Gasmão - Assistente da Faculdade de Letras e crítico literário, Batista Bastos - Jornalista, Alexandre Cabral - Escritor, Armindo Rodrigues - Escritor, Manuel Ferreira - Escritor, Ricardo Dálio - Escritor, Orlando da Costa - Escritor, Manuel Sérgio - Publicista, Virgílio Martinho - Escritor, Graça Varela Cid - Escritora, Manuel Alberto Valente - Escritor, Luso Soares - Escritor, Melo e Castro - Escritor, Faure da Rosa - Escritor, Casimiro de Brito - Escritor, Maria Velho da Costa - Escritora, José Saramago - Escritor, Urbano Tavares Rodrigues, Escritor, José Alberto Marques - Escritor, Carlos Porto - Crítico, Alzira Seixo - Assistente Universitária, Vicente Campinas - Escritor, Manuel Fonseca - Escritor, Maria Lamas - Escritora, Alexandre Babo - Escritor, Maria Gonçalves Barreira - Pintora e Escultora, Vasco Pereira - Escultor, Manuel Pato - Escultor, Maria Pilo da Silva - Pintor, Maria Alfredina Domingues -

Enquanto tal que tem sido sua preocupação a luta pela aliança das forças, classes e camadas sociais, interessadas nesse processo (a classe operária, todos os trabalhadores, o campesinato, os pequenos proprietários, os intelectuais), a luta pela aliança das forças políticas democráticas e de esquerda que representam essas forças sociais.

A Constituição da República em vigor apresenta um fundamental o resultado dessa unidade possível. Na sua elaboração, contra as pressões da direita reacçãoária, e apoiando-se na luta de massas desenvolvida por todo o país, comunistas e socialistas, muitas vezes se encontraram num terreno comum de luta. Assim se conseguiu uma Constituição democrática e progressista que, correspondendo aos interesses da base social de apoio ao processo democrático, se torna hoje um instrumento de demarcação real das forças em confronto no nosso País - de um lado a direita reacçãoária, do outro, as forças democráticas. Assim, também, a Constituição pode e deve ser uma plataforma política das forças de esquerda.

É cada vez mais clara hoje que a Constituição para ser defendida e aplicada necessita de uma unificação e desenvolvimento dessas forças a nível do movimento popular de massas a nível da Assembleia da República, a nível do Governo.

A luta por essa unidade e pelo seu conteúdo, o de uma política ao serviço dos trabalhadores, tem no PCP a força mais empenhada.

3 - A candidatura do camarada Octávio Pato à Presidência da República representa mais um acto de

As massas trabalhadoras têm vindo a erguer, por todo o país, um amplo movimento de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato às eleições presidenciais do próximo dia 27. Diariamente, chegam ao Partido a os serviços de apoio à candidatura dezenas de mensagens de apoio de operários, de camponeses, de intelectuais, de jovens, de mulheres, de reformados, de pescadores, de empregados, de funcionários públicos. Um pouco por todo o lado, constituem-se comissões de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato: nas fábricas, nos campos, nas empresas, nas escolas, nos portos, nas cidades, vilas e aldeias, nas cooperativas e herdades colectivas.

As comissões de apoio fazem parte destacadas dirigentes e militantes comunistas. Mas não só. Integram-nas, igualmente, homens que, no passado fascista e ao lado dos comunistas empunharam a bandeira da resistência, militantes democratas e antifascistas. E homens que, desde o 25 de Abril, se destacaram, junto dos seus camaradas, junto das populações, na luta pela consolidação e defesa das liberdades, da democracia, da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário. Portugueses e portuguesas que deram o melhor dos seus esforços, na cidade e no campo, pelo reforço da unidade dos trabalhadores, pelo reforço da sua organização.

Pode dizer-se que as comissões de apoio à candidatura comunista são encabeçadas pela luta contra a ditadura fascista, pela luta pelo fim da exploração do homem pelo homem. Em todas elas, a história do passado e do presente do movimento operário e das massas trabalhadoras em Portugal, nelas o futuro que os comunistas apontam ao povo português - o Socialismo.

COMISSÃO NACIONAL DE APOIO

A Comissão Nacional de Apoio à candidatura do camarada Octávio Pato é composta por destacados dirigentes e veteranos do Partido, dirigentes sindicais e outros dedicados quadros do movimento operário e popular e intelectuais, todos eles militantes comunistas.

E a seguinte a sua composição: Afonso Gregório, Álvaro Cunhal, Álvaro Yeiga de Oliveira, Américo Leal, Ângelo Veloso, António Borges Coelho, António Dias Lourenço, António Gervásio, António de Sousa Ribeiro, Armando de Castro, Avelino Gonçalves, Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Carlos Costa, Carlos Pinhão, Cecília Azevedo Felo, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Felismina Ribeiro, Fernando Blanqui Teixeira, Fernando Lopes Graça, Francisco Miguel, Georgete Ferreira, Helder Madeira, Hermenegilda Pereira, Horácio Rufino, Jaime Serra, Jerónimo de Sousa, João Faria Borda, João Terrero Neves, João Vasconcelos Costa, Joaquim Felgueiras, Joaquim Gomes, Joaquim Pires Jorge, Joaquim Ribeiro, Joaquim Seabra, José Alberto Valério Dinis, José Carlos, José Celeiro, José Magro, José Manuel Maia, José Maria do Rosário, José Pedro Soares, José Vitoriano, Luísa Amorim, Ludgero Pinto Bastos, Manuel da Fonseca, Manuel Guedes, Manuel da Silva, Manuel Vicente, Maria Branca Guimarães, Mário Castirim, Oscar Lopes, Raul Manquinho, Rogério de Carvalho, Sérgio Vilarigues, Severiano Falcão, Sofia Ferreira, Vasco da Conceição, Vasco Magalhães-Vilhena, Virginia Moura, Vital Moreira e Vitor Louro.

COMISSÃO DISTRIAL DE LISBOA

É a seguinte a composição da Comissão Distrital de Lisboa de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato:

Abílio José de Carvalho Fernandes (técnico de electrónica), Adriano da Fonseca (op. metalúrgico), Afonso Bento Castanho (empregado de escritório), Albano Azevedo (professor), Alfredo Marques Henriques (empregado de escritório), Alfredo Martinho (operário metalúrgico), Alfredo Portela Santos (engenheiro), Alípio Pinheiro (empregado na TAP), Álvaro Paula (técnico programador), Álvaro Pinheiro (operário), Amélia Lima (empregado de escritório), Américo Fernandes Guerra (estofador), Ana Maria Sequeira (empregada bancária), António Abreu (professor universitário), António Bento Campino (alfaiate), António Clemente Martins (pequeno agricultor), António Costa Fernandes (trabalhador agrícola), António Dinis Cabaço (operário reformado), António Duarte (comerciante), António Fogo Paulo (operário rural), António Galhorda (médico), António Henrique Ferreira Dinis (operário metalúrgico), António Manuel Marques (pequeno comerciante), António Marques Pedrosa (operário metalúrgico), António Pedro Baptista Alves Carvalho (empregado de escritório), António Torráo (operário), António Vasconcelos (operário), Armando Caldas (actor), Armando Martins de Carvalho (operário), Artur Céu Coutinho (médico), Artur Ramos (realizador de televisão), Augusto da Costa Valdez (empregado de escritório), António Ferreira Geirinhas (operário reformado), Augusto Fidalgo (empregado de

seguros), Augusto Simões (médico), Baptista Pereira (comerciante), Beatriz Falcão (receptora), Bernardo de Henriques (doméstica), Cândida Novais (prof. universitária), Carlos Amaro (engenheiro agrónomo), Carlos Barbelto (advogado), Carlos Rita Machado (operário), Casimira Agostinho (operária), Celestino Castro (arquitecto), Célio Ferreira Teixeira de Almeida (artesão), César Abel (médico), Custódio da Luz (operário da construção civil), Dias Gabriel (empregado fabril), Diogo Quaresma (operário), Domingos Pardal (operário marmorista), Félix Eduartino Pedro (operário electricista), Fernando Miranda (pequeno agricultor), Fernando Lopes Ferreira (monitor da rede social), Fernando Pedro Nunes (empregado de escritório), Fernando Tavares Sousa (empregado bancário), Fernando Vicente (engenheiro), Francisco Campos Marques (operário), Francisco Manuel C. Fernandes (professor), Francisco Pinto Júnior (pequeno industrial), Francisco Rosado (operário das Construções Técnicas), Francisco Viana (técnico gráfico), Eduardo dos Santos Neves (professor), Ermilim Azevedo (pequeno agricultor), Esméralda Saramago Correia Duarte (operária), Ester Adelaide Martins (porteira), Eugénio Rosa (economista), Garcia Martinho (operário) Guy Lourenço (operário), Helena Pato (professora), Henrique Santana (médico), Hipólito Santos (técnico de desenho), H. Goulart (economista), Inês de Carvalho (professora primária), Jaime Pires Ferreira (operário), José Martins Romão (comerciante), João António Soares dos Santos (matador do Frigorífico de Lisboa), João Bernardo da Silva (comerciante), João Nascimento (empregado de escritório), João Pacheco da Silva (torneiro mecânico), João Pimentel (operário), João do Rosário Godinho (fogueiro), João Saldanha (metalúrgico), Joaquim Alexandre Pereira Delgado (funcionário público), Joaquim António Campino (delegado de propagação médica), Joaquim Bernardino (operário fabril), Joaquim Diogo Velez (operário agrícola), José Boavida (delegado propagação médica), José Cândido Janeiro (José Guerra) (pequeno agricultor), José Casanova (empregado de escritório), José Cavalheiro Antunes (empregado bancário), José Correia Baião (pequeno agricultor), José Franklin Fernandes Barroso (reformado), José Gaspar (ferroviário), José Guerreiro (pequeno empresário), José Maria Simões (empregado de escritório), José Pedro Dias (professor), José Pinheiro (operário vidreiro), José Pina (reformado), José Rodrigues Júlio (comerciante), José Rodrigues Patacas (operário metalúrgico), José Rodrigues da Silva (técnico de munições), José Saramago (escritor), José Viana (actor), Júlio Martins (engenheiro agrónomo), Laurentino Farinha (operário), Liberato Alves (médio agricultor), Lopes Cardoso (operário gráfico), Lucinda Augusta Rosa (empregada técnica dos telefones), Luís de Oliveira Primoroso (operário de pedreiras), Manuel António Matos (comerciante), Manuel Bandeira (carpinteiro), Manuel Borges Grainha do Val (activista sindical), Manuel Gomes (empregado de escritório), Manuel Gonçalves (metalúrgico), Manuel Gusmão (professor universitário), Manuel Henriques (reformado), Manuel Judas (regente agrícola), Manuel Pedro (empregado de seguros), Manuel Pereira de Sá (empregado de escritório), Manuel Alpendrin (jornalista), Manuela Fernandes (operária têxtil), Maria Adelaide Ferreira Sousa Teixeira (funcionária pública), Mana Alda Nogueira (licenciada em físico-químicas), Maria Amélia de Carvalho (professora), Maria do Céu Guerra (actriz), Maria Edília Costa (doméstica), Maria Edília Lopes (doméstica), Maria de Fátima Correia da Cruz Neves (decoradora), Maria da Graça Forjães Sampaio (assistente social), Maria da Graça Marques Mousquinha (enfermeira), Maria José Viana (enfermeira), Maria da Soledade Neves (economista), Maria Umbelina (doméstica), Marieta da Silveira (professora universitária), Mariília Cabral (empregada de escritório), Mário Augusto Moio (motorista), Mário de Carvalho (advogado), Mário Miraglia Teixeira (barbeiro), Mário Vieira de Carvalho (musicólogo), Martinho Guerra Madaleno (advogado), José de Sá (delegado propagação médica), Orlando Leitão (médico), Oscar dos Reis Figueiredo (pequeno industrial), Pedro Gaitas (operário electricista), Pedro Mendes Fernandes (agricultor), Raimundo dos Santos Porta (fiel de armazém), Raimundo Rodrigues Morgado (operário), Rogério Paulo (actor), Rogério Ribeiro (artista plástico), Rosária de Jesus (empregada de escritório), Secundino Alves Frutuoso Coelho (pequeno industrial de alfaiataria), Souto Teixeira (médico), Tavares de Almeida (vendedor), Tomás Ferreira Cabrita (engenheiro serviços meteorológicos), Victor Benito (operário), Victor Inácio Bento Júnior (pequeno comerciante), Vitorino Jacinto (operário), Victor da Silva Marques Agostinho (operário metalúrgico), Jaime Félix (empregado), José Miranda (operário), Maria José Barradas

(empregada), José António Tavares da Cruz (economista), Manuel Rafael (operário metalúrgico), Maria Helena Ramos (assistente de encaenação), Joaquim Cordeiro (comerciante), Veríssimo Duarte (professor), Francisco Varela de Jesus Pedroso (gestor de empresa), Franklim Duarte Mil-Homens (pequeno industrial), Gloribor do Nascimento Ribeiro (pescador), Horácio Filipe da Silva (empregado de escritório), Humberto Sousinha Macatrão (pequeno industrial), Ildeu Vitorino Fortunato (operário vidreiro), Isaura da Silva Ferreira (professora), João Crispim Cortes Madeira (operário metalúrgico), João Henriques de Sousa Rocha (comerciante), João Crachat (funcionário público), Joaquim Augusto Carreira (pequeno industrial), Joaquim Cartaxo (engenheiro), Joaquim Jesus Saralva da Fonseca (operário metalúrgico), Joaquim da Silva Gregório (metalúrgico reformado), Joaquim da Silva Rosa (funcionário administrativo), Jorge Cárdeas Pratas (operário químico), Jorge Carlos Pina Eugénio (empregado de hotelaria), José António Bombas Amador (pescador), José Augusto Esteves (empregado de escritório), José Carlos Paulo Leça (metalúrgico), José Carreira Bonifácio (empregado reformado), José Cílio Mil-Homens Filipe (ajudante de técnico de farmácia), José da Costa (comerciante), José da Cruz Alegre (motorista), José Henriques Varela (advogado), José Luis Morgado (pequeno industrial), José Luis Serrano (comerciante), José Manuel Rodrigues Louro (bancário), José dos Santos Francisco (operário cerâmico), José de Sousa Júnior (técnico vidreiro), Júlio de Oliveira e Silva (operário vidreiro), Juvelino Colaço (operário vidreiro), Luis Leonardo dos Santos (guarda-livros), Luis Silva (empregado), Manuel Carlos da Conceição Torre (operário agrícola), Manuel da Conceição Sousa Santos (operário da panificação), Manuel da Conceição Vidal Lameira (operário agrícola), Manuel Duarte (empregado), Manuel de Oliveira Perpetuo (professor), Manuel Pereira Marques (funcionário de firma), Manuel de Sousa Bardeão (operário vidreiro).

COMISSÃO DISTRIAL DE LEIRIA E PORTALEGRE

A Comissão Distrital de Leiria tem a seguinte composição: Adelino Fernando Pinho Araújo (empregado bancário), Adeline Alves Fidalgo (camponesa), Adelino Manuel Fernandes de Faria (professor), Adelino Pereira (electricista), Adérito Vieira Domingues (operário vidreiro), Alda de Jesus de Sousa (operária vidreira), Américo Dias André (operário metalúrgico), Ana Maria Gonçalves Rodrigues (assistente social), Aníbal Anastácio Freire (alfaiate), António Fortunato (empregado de escritório), António Alfredo Aniceto (técnico de contos), António Augusto Pires de Carvalho (médico), António Caetano Rafael (professor), António Domingues Jubileu (operário vidreiro reformado), António Joaquim Baquinha Mirende (funcionário público), António Manuel de Sousa (gerente comercial), António Miguel Avelãs (professor), António Oliveira Paulo (ferroviário), António Pereira de Carvalho (funcionário público), António Ramalho de Brito (funcionário público), Adulbal de Oliveira David (professor), Aurélio José Rodrigues de Sousa (operário metalúrgico), Carlos Alberto Rijo Cordeiro (pescador), Carlos Norberto Freitas Mota (oficial da marinha mercante), Celeste da Conceição Jesus Martins (costureira), Custódio dos Santos Figueira (mestre de embarcação), Emílio Rato (industrial de hotelaria), Emílio dos Santos (pequeno industrial), Fermim António Ramos Ferreira (empregado bancário), Fernando Antunes Canais (metalúrgico), Fernando Caserio Vendeirinho (empregado de escritório), Fernando da Conceição Serra Loureiro (médico), Fernando Neto Ferreirinha (advogado), Fernando da Silva Mesquita (técnico operário metalúrgico), Carlos Ferreira (médico), Firmino Gomes Momeiras (reformado), Francisco Guerreiro (funcionário administrativo), Francisco de Jesus Sousa (industrial), Francisco do Rosário Maia Lanchina (ferroviário), Francisco Ribeiro

COMISSÕES DISTRIAIS DE BEJA E C.BRANCO

A Comissão Distrital de Beja tem a seguinte composição: Manuel Patrício (metalúrgico reformado), António Alexandre Raposo (professor do ensino básico), Diamantino Guerreiro da Silva (mecânico), Domingos Fonseca Borralho (alfaiate), José Duarte Sales de Fátima (professor de educação visual), Manuel Edmundo Rodrigues (operário agrícola), José Batista Mestre Soares (operário agrícola), João António Honrado, José Machado Moreira Rita, Justino Augusto Batista Abreu Santos (médico), Fernando Camacho Barradas (carpinteiro), José Colaço Botelho Fernandes (funcionário judicial) e Mariana Janeiro.

A Comissão Distrital de Castelo Branco é formada por: Mário da Silva Ranito (reformado), José Pires Duarte (reformado), Maria Cândida Silveira Nunes Castelo Branco (licenciada em farmácia), Alfredo da Cruz Costa (empregado), Júlio Machado da Cruz (operário tecelão), António Serafim Raposo (operário ultimador), João Mendes (motorista), Joaquim António do Salvario (sapateiro), Fernando Serrasqueiro Paulouro das Neves (jornalista), Joaquim Duarte Roque Barata (engenheiro), João dos Santos (calceiteiro), Mário Cordeiro Cabrito (canteiro), João Ferreira Fidalgo (fiscal), António Abelho Morgado (serralheiro), Joaquim Proença Lisboa Serejo (professor primário), Isidro da Purificação Silva Ribeiro (tesoureiro da fazenda pública).

Edições SEARA NOVA

COMUNISTAS/SOCIALISTAS

PROGRAMA COMUM DE GOVERNO

Em França, o Partido Comunista e o Partido Comunista já têm um Programa Comum de Governo.

Uma leitura necessária para compreender o que pode realizar um governo de esquerda.

Colecção De Leste a Oeste

Preço: 60\$00

EQUIPAS DE SAÚDE DA CRARA EM APOIO DA REFORMA AGRÁRIA

A criação de equipas de assistência clínica a trabalhadores agrícolas, integradas na Comissão de Apoio à Reforma Agrária constitui um exemplo da unidade revolucionária entre trabalhadores de diferentes sectores, um testemunho da cooperação fraterna só forjada

com o despertar de uma nova consciência social. Criada por iniciativa conjunta do Sindicato dos Médicos do Sul e da CRARA com resposta a pedidos de auxílio médico efectuados por alguns Sindicatos Agrícolas do Alentejo, este serviço de saúde encontra-se ainda em

embrião, abrangendo apenas as populações dos concelhos de Montemor-o-Novo, de Avis e Alvalade Sado. Médicos, enfermeiros, técnicos de laboratórios formando equipas voluntárias de saúde deslocam-se nos fins-de-semana a herdades colectivas onde procedem a inquéritos de saúde e inspeccionam toda a população, passando depois a ocupar-se dos casos de doença de maior gravidade detectados.

Paralelamente iniciou-se a formação de quadros capazes de enfrentar as situações de urgência e ministrar os primeiros socorros. Trabalhadores das herdades colectivas e seus familiares aprendem a dar injeções, a aplicar pensos, a proceder a reanimação. Todas as iniciativas desenvolvidas pelas equipas de saúde da CRARA são apresentadas em sessões de esclarecimento e discutidas pelas populações locais, que têm colaborado entusiasticamente neste serviço.

Dadas as deficientes estruturas assistenciais locais, pesada herança do regime fascista, a actividade destas equipas médicas nas zonas onde se exerce vem concretizar uma forma organizada de defesa da saúde pública das populações rurais, precisamente as mais desprezadas durante o meio século de ditadura que sufocou o povo português. Basta referirmos que em 1973 havia em Portugal 7,4 médicos por 10 000 habitantes, (no mesmo ano, a Inglaterra contava com 15,7; a França com 17,5, os EUA com 19,9; a RFA com 21,5 e a URSS com 30,5) e que num total dos 6429 médicos

então existentes, em Lisboa e Porto estavam concentrados cerca de 3400, portanto mais de metade. A situação é de tal modo grave que em vastas zonas do Alentejo a proporção de médico-população ultrapassa 1 por 15 000.

Não será esta acção da CRARA de auxílio aos trabalhadores empenhados no processo da Reforma Agrária, conquista essencial do povo português, que irá resolver o problema da saúde, tal como expressa um elemento coordenador destas equipas. A única solução definitiva e lógica consiste na socialização da medicina, após a instauração de uma sociedade sem classes, pois a pretensa socialização da medicina num país capitalista é absurda e inoperante. "Mas esta expressão de solidariedade militante que une trabalhadores em luta pela defesa da democracia em Portugal, independentemente dos seus resultados imediatos de solução de alguns problemas de saúde através da participação das populações, constitui ainda um estímulo para o combate contra a reacção e por uma sociedade em que a prática dos direitos do homem, entre eles o da saúde, seja quotidiana".

As populações compreendem cada vez com maior clareza que a conquista do socialismo representa a conquista da saúde, a conquista da liberdade e do bem-estar. Por isso fortalece-se a determinação revolucionária, reforça-se a aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo e a Reforma Agrária avança desvendando o caminho da construção da sociedade socialista.

RENDEIROS DE ALMEIRIM CONSTITUEM COOPERATIVA

Dez trabalhadores, entre os quais três mulheres, operários agrícolas da Quinta das Palmeiras, em Almeirim, são, desde há poucos dias os pioneiros do processo de associativismo agrícola no concelho de Almeirim. Depois de terem conseguido o arrendamento de uma propriedade de 40 hectares, estes trabalhadores numa prova de firmeza e persistência constituíram uma cooperativa agrícola de rendeiros: a Cooperativa de Produção Agrícola "Os Progressistas".

Apesar de muitas herdades estarem abrangidas pela lei de expropriação de terras, como é o caso da Quinta da Alorna, Cantante Mota, Casa Lico, Prudêncio, Manuel Felino de Almeida e outras, esta é a

primeira experiência de associativismo agrícola no concelho de Almeirim. Os rendeiros, camada da população rural das mais exploradas, dão um exemplo que deve ser apoiado por todos os trabalhadores empenhados na realização e prosseguimento da Reforma Agrária cuja vitória depende da participação dos operários agrícolas e dos pequenos e médios agricultores associados no mesmo objectivo de construção de uma vida melhor nos campos. Em Almeirim, dez rendeiros descobrem o caminho do associativismo agrícola e abrem-no a outros que têm tudo a ganhar unindo-se para a defesa dos seus interesses e melhoria da sua situação.

RENDEIROS DO NORTE DEFENDEM OS SEUS DIREITOS

O secretário de Estado da Reestruturação Agrária, engenheiro Vítor Louro, participou nos trabalhos do III Encontro de Rendeiros do Norte que, promovido pelo MARN, se realizou, no passado domingo, nas instalações do mercado de Penafiel. A presença daquele membro do Governo, com o objectivo de contactar com os cultivadores directos, constituiu um importante acontecimento, significando — como declarou um dirigente do MARN — que «os seus da nossa luta já chegaram longe, que o Governo, seja ele qual for, já não pode ignorar a vontade heróica dos rendeiros em fazer cumprir a sua Lei».

Acompanhado por dois membros do seu gabinete, o camarada Vítor Louro ficou na mesa que presidiu à reunião, ladeado por vários membros do Secretariado, da Comissão Coordenadora do MARN, e de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto, do sector agrícola, da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, da Comissão Técnica e dos juristas que colaboram com o MARN.

Foram muitas e valiosas as intervenções das dezenas de rendeiros que, de muitos pontos do Norte, se deslocaram a Penafiel, não só para conhecerem a posição do membro do Governo ali presente (o ministro da Agricultura e Pescas foi convidado, mas não pôde comparecer) mas para exporem e denunciarem também os atropelos, depredações, agressões e pressões, que são a prática comum dos grandes agrários absentistas e dos seus homens de mão contra os caseiros e os familiares.

Das reivindicações aprovadas no Encontro salientamos aquelas em que os rendeiros exigem: que não haja mais prorrogações do prazo para os senhorios reduzirem a escrito o contrato de arrendamento; que a obrigação de proceder àquela diligência compete ao senhorio como se conclui do art. 39º do DL 201/75; que o rendeiro cultivador directo não deve pagar a renda da casa «se é que muitas vezes lhe podemos chamar uma casa»; a publicação imediata dos regulamentos das comissões arbitrais, do decreto que define as pensões a pagar aos senhorios pobres; regime efectivo de previdência garantido aos rendeiros e a todos os pequenos e médios agricultores; um efectivo

auxílio e cooperação dos técnicos dos organismos oficiais (SADA e IRA) aos camponeses ajudando-os a lutar pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural. A finalizar, os rendeiros presentes no III Encontro do Norte reclamam: «As entidades responsáveis, civis e militares, não devem permitir que forças reaccionárias como a CAP — Confederação dos Abastados Proprietários — ponha em causa o novo regime de arrendamento, fazendo pressões e cometendo violências contra os caseiros e pequenos e médios agricultores em geral. «As forças militarizadas, nomeadamente a GNR, devem intervir para garantir a ordem democrática, o cumprimento da Lei do Arrendamento e a defesa dos rendeiros, como classe explorada dos campos. «Qualquer que seja o Governo futuro do País, ele deve respeitar o artigo 101.º da Constituição da República, que defende "a estabilidade e os legítimos interesses dos rendeiros e o fim da parceria agrícola".

Todas estas reivindicações, que constam do documento aprovado com as conclusões do Encontro, serão enviadas aos presidentes da República e da Assembleia da República, do Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro e ministros da Agricultura, Justiça, Assuntos Sociais e Administração Interna.

«Está aqui um membro do Governo — afirmaria, entretanto, o camarada Vítor Louro — a dizer que a Lei está em vigor e é para se cumprir.» Interrompido com calorosos aplausos, o secretário da Reestruturação Agrária, baseado no disposto no Decreto-Lei 201/75 e na Lei Fundamental do País, esclareceu os rendeiros transmitindo-lhes palavras de confiança e de apoio às suas reivindicações, apontando a necessidade de os rendeiros fortalecerem a sua unidade e organização, de contactarem com os representantes do SADA, do IRA e com as próprias autoridades para que se cumpra o estipulado na Lei do Arrendamento Rural e nas orientações que, por exemplo, o seu gabinete já definiu. O membro do governo salientou ainda o facto de a Lei do Arrendamento Rural ser, entre os diplomas publicados ou a publicar, um dos fundamentais para ajudar os pequenos e médios agricultores.

GERMANO VIDIGAL EVOCADO EM MONTEMOR

A Comissão Concelhia do nosso Partido em Montemor-o-Novo, prestou no passado dia 9 significativa homenagem a Germano Vidigal dos Santos, militante destacado do Partido que precisamente há trinta e um anos se encontra no posto de GMR daquela Vila, aos maus tratos e bárbaros espancamentos a que foi submetido.

Germano Vidigal, que na época do seu assassinato pela PIDE era membro do Comité local do PCP e activo sindicalista, foi um lutador generoso e entusiasta, estimado por todos os seus companheiros e

por toda a população trabalhadora de Montemor.

A sua campa no cemitério local ficou juncada de flores após a romagem, que até ela levou numerosas pessoas precedidas pela bandeira vermelha do Partido para a sua vila.

Falaram diversos camaradas que ao evocarem o artigo e companheiro tombado na luta, não deixaram de manifestar o seu protesto contra as liberdades dadas agora aos que o assassinaram.

No fim, foi guardado um minuto de silêncio.

ATENTADO TERRORISTA NA PÓVOA DO VARZIM

Ficaram completamente destruídas as instalações da Cooperativa Livreira "António Sérgio", na Póvoa de Varzim, onde, na madrugada da passada quarta-feira, foi colocada uma carga de "TNT", cuja explosão estilhaçou também dezenas de vidros dos prédios vizinhos.

Este atentado terrorista naquela localidade vem somar-se a outros que, nos últimos tempos, se têm verificado e visando, nomeadamente as instalações do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, bens pessoais de lutadores antifascistas e a residência de um advogado progressista. Além disso, já foi atingido duas vezes com rajadas de "G-3" um café pertencente a elementos progressistas.

A propósito do último atentado fascista, a Comissão Concelhia da Póvoa de Varzim do nosso Partido emitiu um comunicado, no qual, a dado passo, pergunta: "Porque destruíram os fascistas a Cooperativa "António Sérgio"? Porque lá os trabalhadores compravam livros mais baratos. Por ser uma colectividade progressista."

Entretanto, esta acção terrorista não visava apenas uma cooperativa que, desde a sua fundação, tem desenvolvido uma interessante actividade cultural. O ódio à cultura é apenas um aspecto

e um objectivo deste crime. Os fascistas que colocaram a bomba procuram intimidar os militantes dos partidos progressistas. Derrotados nas últimas eleições para a Assembleia da República, os fascistas e contra-revolucionários, como salienta a Comissão Concelhia da Póvoa de Varzim do PCP, «querem impor pela bomba as suas soluções. Querem meter medo ao povo e desmobilizá-lo».

Contudo, cresce o repúdio generalizado contra o terrorismo. Mesmo nas regiões, onde bandos de caceteiros da direita reaccionária, ligados, orientados e dinamizados por elementos afectos ao CDS e ao PPD, tentam impor pela violência a exploração desenfreada do povo trabalhador, cresce o movimento popular exigindo, não só o castigo e a descoberta dos terroristas — alguns bastante conhecidos e identificados — como também a satisfação das suas reivindicações.

Urge o restabelecimento da ordem democrática, da segurança e tranquilidade nas zonas onde bandos de terroristas do ELP/MDLP actuam. Só um governo de esquerda, com a participação de comunistas e socialistas, apoiado na maioria de esquerda existente na Assembleia da República, está em condições de realizar aqueles objectivos.

Escritores Comunistas escrevem para o Povo

ESCRITORES COMBATIVOS

TEXTOS DE ESCRITORES COMUNISTAS

A. Vicente Campinas • Alexandre Babo • Alexandre Cabral • Álvaro Magalhães • António Borges Coelho • António Norton • António Pinho • Armando Castro • Armando Silva Carvalho • Armando Rodrigues • Arnaldo Pereira • Baptista-Bastos • Carlos Coutinho • Carlos Porto • Casimiro de Brito • César Príncipe • E. M. de Melo e Castro • Egito Gonçalves • Faure da Rosa • Fernando Guerreiro • Fernando Luso Soares • Franco de Sousa • José Alberto Marques • José Emílio-Nelson • José Saramago • Júlio Graça • Manuel Ferreira • Manuel da Fonseca • Manuel Gusmão • Manuel Sérgio • Maria Alzira Seixo • Maria da Graça Varella Cid • Maria Lamás • Maria Velho da Costa • Miguel Serrão • Modesto Navarro • Nelson de Matos • Orianda Amarilis • Oriando da Costa • Óscar Lopes • Papiniano Carlos • Pedro Alvim • Ricarte Dácio • Urbano Tavares Rodrigues • Viale Moutinho • Virgílio Martinho

edições Avante! 6.ª feira grande lançamento na feira do livro

A NACIONALIZAÇÃO DAS PESCAS FAZ-SE COM OS TRABALHADORES

As pescas, sector onde dominava o monopolista Tenreiro, foram nacionalizadas. As oito principais empresas de pesca do país passaram todas para o sector público. DOCAPEÇA, GELMAR, SNAFA, FRIANTARTICUS, SNAB, CPP, PESCRUL e FRIGARUE deixam de ter qualquer parcela de capital privado.

As nacionalizações, uma das moças reais da abertura ao socialismo e da consolidação da democracia no nosso país, contam agora com um sector que precisa de ser urgentemente libertado dos processos fascistas de exploração. A reestruturação pela qual essas empresas de pesca, ou a ela ligadas, irão passar, não podem dispensar a iniciativa dos trabalhadores organizados. As comissões administrativas, a nomear pelo Ministério competente, não poderão deixar de ter em conta que as nacionalizações são uma das conquistas essenciais do povo português, pois por ele e para ele foram realizadas.

Este facto terá forçosamente de significar que os pescadores e todos os trabalhadores das pescas terão uma participação cada vez maior na vida dessas empresas, inclusivamente através do controlo operário, fazendo com que o produto do seu trabalho não só aumente como reverta a favor da melhoria das condições de vida de todos os trabalhadores.

O peixe, agora que está nacionalizado, deve passar a ser realmente uma das bases da alimentação do nosso povo, a preços acessíveis e de melhor qualidade. E isso porque as nacionalizações estão longe de ser apenas uma medida administrativa deste ou daquele Governo. São antes um dos resultados da luta das massas trabalhadoras contra o fascismo, uma das metas a atingir para acabar de vez com a apropriação privada dos bens nacionais, para acabar, numa palavra, com o capitalismo.

edições Avante! estão na Feira do Livro de Lisboa livro do dia 5.ª-Feira — 1.º Congresso do Partido Comunista de Cuba — Relatório do Comité Central, Fidel Castro — 50\$00 — 30\$00 6.ª-Feira — O PCP e a luta Sindical — 80\$00 — 50\$00 Sábado — Da Resistência à Revolução, Miguel Urbano Rodrigues — 60\$00 — 40\$00 Domingo — A questão agrária — Lenine — 60\$00 — 40\$00 2.ª-Feira — A crise Político-Militar, Álvaro Cunhal — 60\$00 — 50\$00 3.ª-Feira — O Leninismo e a passagem do Capitalismo ao Socialismo (Vol. I, II, III) — 50\$00 — 30\$00

Acaba de sair ABC do Marxismo-Leninismo (a linguagem e o preço) Acessível a todos os leitores SÉRIE A A SOCIEDADE Nº 4 «LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE» (A Grande Revolução Francesa de 1789 e as suas repercussões) Um livro fundamental para compreender a Revolução Francesa

À ATENÇÃO DOS PERITOS A Associação Soviética para o Comércio Externo "Sudoimport" expõe de 11 a 22 de Junho na XVII Feira Internacional de Lisboa: — Motores Diesel — Aparelhagem de rádio — Motores de bote — Um modelo da motonave "Kometa" Os representantes da Associação fornecer-lhe-ão informações completas sobre todos os artigos expostos. Sejam bem-vindos! Local da exposição: Pavilhão 4, Stand N.º 396/407 Horas de trabalho: Sábados, Domingos e Feriados 15 - 23 h. Dias úteis 17 - 23 h. SUDOIMPORT

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTIFICO O LENINISMO E A PASSAGEM DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO (em 3 volumes) Neste seu livro Konstantine Zarevov analisa a essência da nossa época, as leis objectivas da passagem do capitalismo ao socialismo, as formas desta transição nos diferentes países e o papel e o papel da dialéctica do período de transição. ACABA DE SAIR 03.º VOLUME

ACESSÍVEL A TODOS OS LEITORES (A linguagem e o preço) ABC do Marxismo-Leninismo SÉRIE B IMAGEM MODERNA DO MUNDO Nº 3 A CONCEPÇÃO MARXISTA DO CONHECIMENTO Pedidos a: Central Distribuidora Livreira, R. Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1

ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS Manuel Tiago Prémio "Soeiro Pereira Gomes" Feira do Livro no Porto/1975 O Militante BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS A distribuição de "O Militante" assenta nos Centros de Trabalho (e nas assinaturas). É indispensável que os organismos do Partido, desde os mais responsáveis aos menos responsáveis, organizem a venda de "O Militante" pelas respectivas organizações. A divulgação de "O Militante" entre os membros do Partido passa a ser uma tarefa orgânica importante.

SEMANA INTERNACIONAL

SANTIAGO DO CHILE: ESFORÇOS PARA REFORÇAR O FASCISMO EM CRISE

20 a 30 mil pessoas assassinadas, 130 000 presos, é o saldo repressivo do Chile de Pinochet. Saldo que pesa sobre os 22 países participantes na reunião da OEA realizada em Santiago do Chile — capital do fascismo e do crime.

A Assembleia da OEA, que ironicamente inclui como um dos seus pontos prioritários o debate sobre os Direitos do Homem, em particular dos «direitos» dos presos políticos na América Latina — foi simbolicamente inaugurada por Augusto Pinochet. Para o início dos trabalhos, esperou-se o verdadeiro pai, vindo de Washington — Kissinger. Assim ficou devidamente vincado o papel de ltere das cabeças do fascismo na América Latina. A real liderança do imperialismo americano, que não só constituiu hoje seu único sustentáculo, como foi promotor dos golpes sangrentos que os guindaram ao Poder.

Como salienta o Comité Chileno de Solidariedade, numa declaração emitida em Havana, os Estados Unidos «pretendem aproveitar a reunião da OEA para aperfeiçoar um bloco político-militar, cuja missão seria manter o domínio imperialista na zona, desestabilizando qualquer governo que, de algum modo, enfrente ou ameace os seus interesses», como é o caso dos governos da Guiana, do Peru, da Jamaica e do Panamá.

Em Santiago do Chile, Kissinger foi bastante claro — pretende transformar a OEA num «instrumento mais flexível de cooperação entre os Estados Unidos e a América Latina». É fácil de adivinhar qual o teor da «cooperação» pretendida.

Na sua intervenção na Assembleia dos Países da Organização dos Estados Americanos, Kissinger foi particularmente agressivo. Destacando-se nos seus ataques a Cuba (de uma forma muito directa) Washington e limpar a de Pinochet, que aceitaria naturalmente as formais condições americanas. Aliás Kissinger esforçou-se para que, da sua intervenção, ressaltassem os ataques a Cuba, afirmando confirmarem-se «os receios mais pessimistas que nos inspira o Governo cubano».

Atacando abertamente a posição consequentemente internacionalista da União Soviética em relação à República Popular de Angola, Kissinger declarou: «Não voltaremos a permitir outra aventura angolana. Para a segurança global, o equilíbrio é indispensável. Não quero entrar em detalhes militares, mas os Estados Unidos mantêm uma capacidade militar que os protege a si e aos seus amigos». Palavras que soam a uma provocatória ameaça e que estão em total discordância com os vários acordos entretanto assinados por Washington referentes ao estabelecimento de um clima mundial de distensão.

Enquanto em Santiago do Chile se desenvolvem esforços para montar uma mais eficiente máquina repressiva a nível continental, os povos da América Latina movimentam-se e põem em causa os sinistros intentos da Casa Branca.

No Uruguai, Bordaberry acaba de ser demitido pelos seus comparsas. Tal não significa qualquer alteração na política governamental do Uruguai. Mas esta demissão reflecte as profundas dificuldades com que o fascismo se debate no Uruguai. Dificuldades que nascem da contínua luta popular. Bordaberry foi demitido pelo facto de a sua pretensão de tornar vitalícia a sua permanência no Poder, ser considerada impraticável pelos próprios oficiais que liquidaram de momento a democracia neste país. O que é «oferecido» entretanto ao povo uruguai é o absurdo de uma «bilateralização» a institucionalizar muito lentamente a em que só seria aberto espaço político legal aos partidos tradicionais conservadores. Mas os factos nem por isso deixam de ser significativos.

«Na Bolívia, face ao incremento da luta popular, apodada de «escalada da subversão», foi decretado o estado de sítio, feitas dezenas de prisões, registando-se mortos e feridos em confrontos com a polícia. Seis distritos mineiros da Bolívia estão sob controlo militar, provocando uma greve illimitada que mobiliza cerca de 5000 mineiros. Foram suspensas as actividades universitárias nas cidades de Cochabamba, Sucre e Oruro face aos protestos estudantis contra a reintrodução do serviço nacional.

NOVA CAMPANHA DOS EUA EM ÁFRICA

Enquanto se esforça por reforçar posições no continente americano e liquidar os focos de liberdade na América Latina, Washington debruça-se também sobre a evolução da situação em África.

De há tempos os EUA têm vindo a dar uma cada vez maior atenção a este continente, redobrando nomeadamente os seus interesses económicos na região. Mas o culminar do processo de libertação de Angola, Guiné e Moçambique, despertou-lhes sérias preocupações e concentrou atenções antes mais diluídas.

Depois do seu fracasso na anterior campanha, os EUA esperam agora melhor sorte. Dirigem-se a portas que certamente não se lhes fecharão, antes estarão abertas para uma colaboração estreita e sem regateios — a dos racistas sul-afriicanos e dos governos mais firmemente na órbita do imperialismo. Dia 23 e 24 deste mês, Kissinger encontrou-se, em Hamburgo, com o dirigente da África do Sul racista, Vorster. Dentro da mesma ofensiva de Washington, está a visita do secretário de Estado da Defesa ao Quênia e ao Zaire.

Entretanto, no Líbano, os povos árabes esforçam-se por sufocar os maus frutos que a estratégia do imperialismo alcançou momentaneamente, e que se têm saldado numa guerra fratricida em que estão a ser destruídas milhares de vidas.

Nun importante documento recentemente difundido, a União Soviética pronuncia-se pelo direito do povo do Líbano à soberania, à independência e à integridade territorial, de modo a que os mais elementares princípios internacionais sejam totalmente aplicados. A União Soviética refere como negativas «a declaração da França a propósito do eventual envio para o Líbano de um contingente de tropas francesas» e as movimentações da sexta esquadra americana junto das costas libanesas.

«A República Árabe da Síria — afirma-se no comunicado — declarou mais de uma vez que as tropas enviadas para o Líbano tinham por fim acabar com a efusão de sangue. Contudo, é necessário constatar que o sangue continua a correr no Líbano e que corre ainda com mais abundância.»

Referindo-se às pretensões que, ao falarem dos «seus interesses na situação criada no Líbano, proferem ameaças de intervenção militar directa, a União Soviética é obrigada a declarar: o Médio Oriente fica situado muito mais perto da União Soviética do que daqueles que proferem tais ameaças e a União Soviética não está menos interessada no desenvolvimento actual e futuro da situação no Líbano e à volta desse país. Isto ninguém poderá ignorar.»

SAUDAÇÃO AO PCP DO P.A.I. DO SENEGAL

Reportando-se à vitória da esquerda nas últimas eleições legislativas, e em particular ao acréscimo de votos no Partido Comunista Português, o Comité Central do Partido Africano da Independência do Senegal enviou ao Comité Central do nosso Partido uma mensagem em que se destaca:

«O reforço das posições do vosso Partido é mais um testemunho de que o povo português vê nele o Partido da Reforma Agrária e dos trabalhadores, um Partido que constitui um elemento fundamental do aprofundamento do processo revolucionário em Portugal.»

PROTESTO DO PCP CONTRA A PRISÃO DE ALVAREZ E AZCARATE

Por ocasião da prisão dos camaradas Santiago Alvarez e Manuel Azcarate, dirigentes do PCE, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista de Espanha a seguinte mensagem de solidariedade:

«Queridos camaradas: Ao tomar conhecimento da prisão dos camaradas Santiago Alvarez e Manuel Azcarate, o Secretariado do Comité Central do

Partido Comunista Português protesta energicamente contra mais este acto de repressão contra as forças progressistas de Espanha. Exigimos a imediata libertação dos dois camaradas, assim como de todos os antifascistas presos e reafirmamos a solidariedade dos comunistas e do povo de Portugal à luta do povo espanhol pela liberdade e a democracia. Recebam queridos camaradas, as nossas saudações fraternais.»

CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS DA EUROPA

Realizou-se de 10 a 11 de Junho, em Berlim, a reunião da Comissão Política e do Secretariado e do Boim Inglês, do Comité Central.

A Comissão de Redacção interrompeu os seus trabalhos para dar aos seus participantes a oportunidade de informarem os seus Comités Centrais dos seus trabalhos, voltando a reunir brevemente.

Os trabalhos da Comissão desenvolveram-se num clima de camaradagem e objectividade.

camaradas Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado e do Boim Inglês, do Comité Central.

Os trabalhos da Comissão desenvolveram-se num clima de camaradagem e objectividade.

«JUVENTUDE SOVIÉTICA»: TEMA PARA EXPOSIÇÃO

No âmbito do acordo assinado entre o Comité das Organizações Juvenis da União Soviética e a Associação de Amizade Portugal-URSS, estará patente no nosso país a partir do próximo dia 25 uma grande exposição subordinada ao tema «Juventude Soviética».

A iniciativa conta com a colaboração oficial do MEIC (Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, Direcções-Gerais do Ensino Básico, Secundário e Superior, Direcção-Geral dos Desportos e FAOJ), do MCS (Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral da Acção Cultural), do MNE (Direcção-Geral dos Assuntos Culturais) e do INATEL.

Os objectivos da exposição, que será inaugurada oficialmente no próximo dia 25, às 18 e 30, pelo que já foram pedidas audiências ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro para lhes ser formulado o convite para a sua presença na sessão, visam essencialmente a divulgação da vida quotidiana da juventude soviética nos vários domínios da sua actividade e um contacto do nosso povo, em especial das camadas juvenis, com a realidade socialista.

A qualidade dos trabalhos que vão estar patentes já foi apreciada pela primeira vez no Canadá, mais tarde nos Estados Unidos e na Índia, e recentemente na Grécia.

Foi visitada por mais de 20 milhões de pessoas, sendo considerada como uma «verdadeira escola da vida da juventude e do povo soviético». Inclui obras de pintura, escultura, artesanato, protótipos de jovens cientistas e técnicos soviéticos, e está dividida em várias secções: Desporto, Agricultura, Indústria, Cultura, Ensino, Tempos Livres, Trabalho, Crianças, etc.

Integradas no programa de apresentação do certame, serão realizadas várias palestras dedicadas aos temas da vida na URSS, e serão projectados filmes e diapositivos. Estará igualmente entre nós um grupo folclórico de jovens artistas soviéticos.

A exposição vai percorrer as cidades de Lisboa, na Galeria de Arte Moderna, no Porto, no Palácio de Cristal; e em Faro, na Escola Industrial e Comercial, respectivamente de 22 de Junho a 18 de Julho, de 23 de Julho a 8 de Agosto e de 13 de Agosto a 4 de Setembro.

DELEGAÇÃO NA RDA

Durante a visita de estudo que efectuaram à República Democrática Alemã, organizada pela Associação Portugal-RDA e que terminou no passado domingo, os participantes nesta segunda viagem de amizade estiveram nos Conselhos Distritais de Erfurt e Magdeburgo e nos Comités

Directores da Confederação dos Sindicatos da RDA, nos distritos de Karl Marx-Stadt e Suhl. No decorrer da estadia, que se prolongou por uma semana, a delegação portuguesa contactou de perto com os sistemas da estruturação socialista, nomeadamente nos sectores da gestão da economia (indústria, agricultura, etc) e da actividade sindical.

AUTORES PORTUGUESES NA POLÓNIA

A fim de participar nas reuniões dos Conselhos de Autores Dramáticos, Literários e Audiovisuais da Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores (CISAC), partiu para Varsóvia, capital da República Popular da Polónia, uma delegação da Sociedade Portuguesa de Autores, constituída pela escritora e encenadora teatral Luzia Maria Martins, pelo encenador e realizador Artur Ramos e pelo dramaturgo, Luís Francisco Rebelo, membro da direcção do Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais — MUTI.

No âmbito dos acordos de cooperação firmados após o 25 de Abril de 74, a delegação do nosso país avistará-se com diversos organismos culturais e entidades ligadas à actividade artística.

Em Setembro de 1974 um grupo de intelectuais portugueses teve oportunidade de contactar pela primeira vez com a realidade socialista na Polónia, a convite da ZAIKS (Sociedade de Autores Polacos).

A MORTE DO MINISTRO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Num trágico acidente aéreo perdeu a vida o camarada Xavier Dias, ministro do Equipamento Social e do Ambiente da República de S. Tomé e Príncipe. No mesmo acidente pereceram dois militares da Força Aérea Portuguesa e ficaram feridos outros dois, entre eles o comandante da Região Militar do Norte.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Bureau Político do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) um telegrama expressando as condolências dos comunistas portugueses.

SAUDAÇÃO DO PCP AO CONGRESSO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO POPULAR DA MONGÓLIA

Realiza-se em Ulan-Bator, o XVII Congresso do Partido Revolucionário Popular da Mongólia. O PCP está representado pelo camarada Sérgio Vilarigues

Realiza-se neste momento na República Popular da Mongólia, em Ulan-Bator, o XVII Congresso do Partido Revolucionário Popular da Mongólia.

Em representação do Partido Comunista Português, e correspondendo às fraternais relações existentes entre os dois partidos, deslocou-se à Mongólia o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Revolucionário Popular da Mongólia a seguinte mensagem: «Queridos Camaradas:

Em nome dos comunistas e da classe operária de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português saudou o XVII Congresso do Partido Revolucionário Popular da Mongólia e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas e o povo trabalhador da Mongólia socialista, desejando o maior êxito no desenrolar dos trabalhos do Congresso, bem como na ulterior aplicação das suas decisões.

A Mongólia, que trabalha hoje para ultimar a criação das bases materiais e técnicas do socialismo, é o exemplo vivo da aplicação das teses de Lênine sobre a passagem duma sociedade feudal ao socialismo sem passar pelo capitalismo.

Os ensinamentos de Lênine foram aplicados com sucesso pelo Partido Revolucionário Popular da Mongólia e o povo da Mongólia que, unido em torno de si as mais amplas massas populares e fiel aos princípios do internacionalismo proletário, soube lutar unido à URSS, ao proletariado internacional e, mais tarde, ao campo socialista, pelos grandes ideais do socialismo científico.

Tendo partido, em 1921, do zero o Partido Revolucionário Popular da Mongólia e o povo da Mongólia alcançaram primariamente durante a fase da democracia popular e a partir dos anos 40 na construção do socialismo, importantes progressos no campo técnico, industrial, científico e agrícola.

A revolução aumentou espectacularmente o nível de vida dos trabalhadores, instaurou uma eficaz assistência social, liquidou completamente o analfabetismo, massificou o desporto, libertou a mulher da escravatura e restituiu-lhe a sua dignidade criando condições para a sua activa participação em toda a vida nacional.

Os planos quinquenais sucedem-se e as suas metas são atingidas e em muitos casos ultrapassadas.

O Partido Revolucionário Popular da Mongólia reforçou as suas posições como guia do povo da Mongólia.

Camaradas: Os vossos êxitos obtidos ao longo destes difíceis 55 anos na luta pela construção do socialismo são para nós, comunistas portugueses, motivo de grande regozijo e um exemplo para a

nossa luta pela edificação de um regime democrático a caminho do socialismo.

Com o derrube da ditadura fascista em Portugal iniciou-se um processo revolucionário ao qual o movimento popular imprimiu uma nova dinâmica. Em resultado da aliança do Movimento das Forças Armadas com o movimento popular de massas, a revolução portuguesa tomou um rumo anti-monopolista e antilatifundista, numa perspectiva socialista.

Foram conquistadas amplas liberdades, desferiram-se profundos golpes no capitalismo monopolista de Estado, com a nacionalização da Banca, das companhias de seguros, dos grupos monopolistas e iniciou-se a Reforma Agrária, com a ocupação pelos trabalhadores rurais em aliança com os pequenos e médios agricultores das terras dos grandes agrários do Sul confirmada mais tarde pela lei inserida na Constituição.

A revolução portuguesa deu um alto contributo à luta vitoriosa pela independência total e completa do povos irmãos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, guiados respectivamente pelo MPLA, FRELIMO, PAIGC e MLSTP.

A conquista da independência pelos povos irmãos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe representa um grande contributo para a liquidação dos restos do colonialismo em África, para a eliminação dos focos de tensão, reforçando a paz e a segurança mundiais.

As realizações da revolução democrática portuguesa e o seu rumo socialista levantaram o ódio e a feroz resistência da reacção interna, do imperialismo de círculos dirigentes da social-democracia europeia, que desencadearam uma violenta campanha anticomunista e anti-soviética com o objectivo de liquidar as forças revolucionárias e em particular a vanguarda revolucionária da classe operária, o Partido Comunista Português.

Pressionaram e interferiram, política, económica e diplomaticamente, contra a jovem

democracia portuguesa com o fito de dividir as forças democráticas e liquidar a revolução.

Infelizmente, e por estranho que pareça, os dirigentes do Partido Socialista não só não se opuseram a esta campanha, como até nela participaram.

A luz de um desenvolvimento contraditório e complexo do processo revolucionário, com avanços e recuos, os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 constituem um recuo da revolução, resultante das manobras da reacção e do imperialismo, da convergência momentânea de sectores democráticos com forças reacçãoárias, e da acção provocatória dos grupos esquerdistas aventureiros, para dividir sectores democráticos das Forças Armadas e forças democráticas civis, apesar dos esforços do Partido Comunista Português para que a crise fosse resolvida por via da negociação política entre comunistas, socialistas e as correntes existentes dentro do MFA.

A derrota da esquerda militar e o consequente enfraquecimento temporário do conjunto das forças revolucionárias não impediu que o movimento popular de massas se desenvolvesse, tomasse pouco depois a iniciativa e corajosamente tivesse defendido as conquistas da revolução, que no essencial se mantêm.

A aprovação da Constituição pela Assembleia Constituinte e a sua entrada em vigor no dia 25 de Abril do ano corrente constitui uma derrote das forças reacçãoárias. A Constituição consagra as conquistas da revolução e aponta o caminho do socialismo.

Correspondendo a uma grande aspiração unitária das massas populares, a Constituição é o resultado da unidade tácita estabelecida entre comunistas e socialistas na Assembleia Constituinte.

Durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, o PCP definiu como objectivos derrotar os partidos da direita reacçãoária, CDS e PPD, reforçar as posições do PCP e obter uma maioria de esquerda.

Tais objectivos foram no essencial atingidos. O PCP

reforçou consideravelmente as suas posições, tendo aumentado de 80 000 o número de votos e um terço o número de deputados; foi o único partido do governo que aumentou a sua votação e, no conjunto, o PS e o PCP têm a maioria de lugares na Assembleia da República.

O PCP pugna pela transformação da actual maioria numérica numa maioria política na Assembleia da República que se traduza na formação de um governo de esquerda, composto por comunistas, socialistas e outros democratas civis e militares.

O PCP, ao apresentar um candidato comunista à Presidência da República, tem em vista lutar pela institucionalização da democracia, lutar contra a renovação de uma Santa Aliança anticomunista, contribuir para a unidade da classe operária e aproximação dos democratas, designadamente dos socialistas e comunistas, contribuir para a continuação da aliança entre o povo e as Forças Armadas e a unidade destas no espírito do 25 de Abril, criar condições para concretizar a vontade popular expressa nas últimas eleições, isto é, a formação de um governo de esquerda, que aplique uma política de esquerda, conforme os interesses das massas trabalhadoras e do país.

Queridos Camaradas: Os tradicionais laços de amizade que sempre existiram entre o PCP e o PRPM nas novas condições do Portugal democrático irão reforçar-se e desenvolver-se.

O PCP aproveita esta ocasião para manifestar a sua gratidão pela solidariedade militante do PRPM à nossa luta, tanto durante a longa noite fascista, como nas novas circunstâncias, no combate pela consolidação de um regime democrático a caminho do socialismo. Por outro lado, queremos afirmar-vos, camaradas, que sempre poderéis contar com a nossa solidariedade.

O reforço da amizade, da cooperação, entre os nossos partidos, baseados nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário serve o nosso combate comum pela unidade do movimento comunista internacional e é do interesse mútuo dos nossos dois povos.»

FEIRA DO LIVRO DE LISBOA NO STAND DAS edições Avante! GRANDES SESSÕES DE AUTÓGRAFOS

5.ª-feira, às 18 horas

OCTÁVIO PATO

autografa o seu livro

PELA DEMOCRACIA PELO SOCIALISMO

Textos da clandestinidade e discursos de 1974/1976

edições Avante!

6.ª-feira, às 21.30 horas

ALBANO LIMA

autografa o seu livro

MOVIMENTO SINDICAL E UNIDADE NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Sábado, às 21.30 horas

MIGUEL URBANO RODRIGUES

autografa o seu livro

DA RESISTÊNCIA À REVOLUÇÃO

Domingo, às 21.30 horas

Vários escritores comunistas autografam o livro

ESCRITA E COMBATE

OCTAVIO PATO

«...«a nossa luta, por mais difícil que seja, é uma luta em prol dos interesses da classe operária, do povo português, da nossa Pátria»...



PELA DEMOCRACIA PELO SOCIALISMO

Textos da clandestinidade e discursos de 1974/1976

edições Avante!

Colectão: Obras de Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro Soeiro Pereira Gomes

Na mesma colecção: Engragem — Refúgio Perdido e outros contos

OFERECEMOS AO COMÉRCIO EM GERAL E AO COMÉRCIO ABASTecedor

ARTIGOS DE ESCRITA LÁPIS E CANETAS ARTIGOS PARA MÁQUINAS DE ESCREVER E DUPLICADORES TINTAS E MATERIAIS DE CÔR ETC.

BOHEMIA WORKS PORICI, 24 11195 PRAGA - 1

CHECOSLOVÁQUIA P.O.B. 1039 TELEX 022110

EXPORTAMOS PARA MAIS DE CEM PAÍSES

VISITE A NOSSA SECCÃO NO STAND DA CHECOSLOVÁQUIA NA 17.ª FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA



Os camaradas Joaquim Gomes e Octávio Pato participaram num vibrante comício de apoio à candidatura comunista realizado na Marinha Grande

O POVO TRABALHADOR DA MARINHA GRANDE APOIA A CANDIDATURA COMUNISTA

Os objectivos essenciais da candidatura comunista foram apresentados pelo camarada Octávio Pato ao povo trabalhador da Marinha Grande, numa grandiosa jornada de esclarecimento político a que também esteve presente o camarada Joaquim Gomes

O camarada Octávio Pato, candidato comunista às eleições para a Presidência da República, deslocou-se na passada sexta-feira à região da Marinha Grande, onde foi calorosamente ovacionado pelos trabalhadores e pela população, num ambiente de grande entusiasmo e confiança.

O candidato do PCP foi recebido na localidade de Pataias, próximo da Marinha Grande, por uma delegação constituída por um camarada do nosso Partido, a quem se associaram muitos outros democratas.

Formou-se, então, uma enorme caravana composta por motorizadas, bicicletas e automóveis que ostentavam dísticos e bandeiras vermelhas, que se dirigiu a Ordem, onde o camarada Octávio Pato falou de improviso aos trabalhadores da localidade.

«O passado do PCP é a melhor prova de confiança que os trabalhadores podem depositar na candidatura apresentada pelo seu Partido, o Partido Comunista Português, cuja luta não é de hoje, tendo estado sempre na primeira linha do combate organizado contra a repressão, contra a exploração» — sublinhou o camarada Octávio Pato, frequentemente interrompido pelas aclamações da numerosa assistência.

A caravana já engrossada com a participação de muitos populares percorreu de seguida várias localidades.

Centenas de motos, bicicletas e outras viaturas ladeavam o carro onde seguia Octávio Pato e Joaquim Gomes, vibrantemente saudados pelas gentes que acorreram às janelas e à rua numa

atmosfera de entusiasmo e de inteira confiança na candidatura comunista.

Foguetes, morteiros e a vibração entusiástica de centenas e centenas de pessoas aguardavam a chegada do candidato do povo trabalhador à Marinha Grande.

Depois de ter estado num jantar de confraternização no Centro de Trabalho local, o camarada Octávio Pato participou no grande comício de apoio à sua candidatura no pavilhão da fábrica «EMBRA».

Presentes na mesa Joaquim Gomes e vários elementos da Comissão Distrital de Apoio à Candidatura de Octávio Pato, das Comissões Concelhia e Distrital da DOROR, José Henriques Vareda,

advogado antifascista, Vareda Pedrosa e o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Marinha Grande, entre outros.

O camarada Joaquim Gomes, que também é deputado comunista pelo círculo de Leiria, proferiu uma breve alocução, na sequência da qual afirmou: «O anticomunismo e o anti-sovietismo, os ataques cerrados ao PCP e aos seus dirigentes têm constituído a linha de acção constante de quase todos os que apoiam o major Otelo». Já no final, sublinhou a importância do voto no candidato do Partido dos trabalhadores: «o único voto útil, o voto para a maioria de esquerda,

para a defesa das conquistas da Revolução».

«Nos termos da Constituição da República Portuguesa, o regime democrático é lei em todo o País. Por todas as razões, e também para respeitar e fazer cumprir a Constituição, é urgente garantir o exercício dos direitos e liberdades em todo o território nacional. É urgente pôr fim aos poderes locais reaccionários, desarticular as organizações terroristas e desmascarar os apoios políticos e materiais que essas organizações recebem» — afirmou o camarada Octávio Pato no decorrer da sua intervenção, frequentemente aplaudida. Mais adiante e

GRÂNDOLA SAIU PARA A RUA

Apoio entusiástico caracterizou a deslocação do candidato comunista ao Sul do distrito de Setúbal

Prosseguindo a sua campanha eleitoral o candidato comunista, Octávio Pato, deslocou-se na segunda-feira passada ao distrito de Setúbal.

Octávio Pato visitou durante a tarde as seguintes localidades: Alvalade, Cercal e Sines. À noite deslocou-se para a Grândola e Alcácer do Sal.

Recebido entusiasticamente pelos trabalhadores e pela população em geral, que em muitos casos vieram esperá-lo na estrada, Octávio Pato nunca deixou de proferir algumas palavras explicando os objectivos da candidatura apresentada pelo Partido Comunista, advertindo ao mesmo tempo para os perigos do divisionismo entre as massas trabalhadoras que determinada candidatura visa.

Em Alvalade, a caravana que

desde Setúbal acompanhava o candidato comunista foi obrigada a deter-se muito antes da entrada da povoação face à aglomeração popular que ali esperava a chegada de Octávio Pato.

Homens e mulheres, empunhando ainda os seus instrumentos de trabalho, e manifestando entusiasticamente o seu apoio acompanharam depois o candidato comunista que, a pé, se dirigiu para o largo principal da povoação.

Falando de improviso e correspondendo a todo o apoio manifestado pelos presentes o candidato comunista referiu na sua intervenção a grande conquista que representa a Reforma Agrária, cuja defesa é indispensável, recordando por último o objectivo da sua candidatura, nomeadamente reforçar e ampliar o grande movimento de massas no sentido de se construir um governo de esquerda, de acordo com a vontade popular expressa nas últimas eleições.

Acompanhado por Sofia Ferreira e Américo Leal, membros do Comité Central do PCP, Octávio Pato dirigiu-se depois para Sines, parando por alguns momentos no Cercal, onde junto ao Centro de Trabalho se concentrava a população daquela localidade.

Com o Largo dos Correios praticamente cheio de pescadores e trabalhadores das grandes empresas instaladas no complexo de Sines, realizou-se naquela vila um breve comício.

Começando por recordar a forte votação nos partidos de esquerda durante as últimas eleições, o candidato comunista frisou que a sua candidatura tem por objectivo unir todos os portugueses interessados na construção de um Portugal próspero e democrático.

Salientou ainda que a candidatura comunista tem em vista defender empenhadamente os interesses não só dos comunistas mas das mais amplas camadas da população trabalhadora, nomeadamente os pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais, assim como a classe dos pescadores.

«A Constituição é um poderoso elemento de estabilidade política e de consolidação do regime democrático, um poderoso instrumento para a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da revolução.»

relativamente a este tema diria ainda:

«As actividades contra a tranquilidade e a segurança dos portugueses são expressamente condenadas pela Constituição. Mas se a Constituição aponta como objectivo do Estado português a construção do socialismo, também são anticomunistas as manobras de recuperação capitalista.

«A Constituição é um poderoso elemento de estabilidade política e de consolidação do regime democrático, um poderoso instrumento para a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da revolução.»

qualquer que seja o futuro Presidente da República, a maneira como este conduzirá a sua acção.

«Da forma como os trabalhadores souberem usar os seus votos, confirmando a sua vontade e determinando a revolução revolucionária com um voto responsável e útil, que dá resultados e não seja um voto perdido, depende e muito, se teremos pela frente graves dificuldades, ou se pelo contrário, ficará mais aberto o caminho para a satisfação das aspirações do povo trabalhador.»

Ao terminar recordou:

«Nas eleições presidenciais votar certo e útil significa não correr atrás de ilusões que alguns semeiam para iludir os trabalhadores, afirmando, contra todas as evidências e realidades, que certo candidato é o único que pode fazer frente às candidaturas que são também apoiadas por partidos da direita.

«Votar certo e útil significa não correr atrás dos que em vez de contribuir para a unidade de esquerda querem apenas utilizar os votos antifascistas dos trabalhadores para poderem vir dizer que o PCP perdeu influência.

«Votar certo e útil quer dizer votar de maneira a que esses votos não sirvam só para exprimir um protesto ou uma atitude de simpatia pessoal, mas sirvam sim para influenciar os rumos da vida política, sirvam, sim, para ter peso nas decisões fundamentais para o País, e para a vida do povo trabalhador, sirvam, sim, para levar por diante a Reforma Agrária.»

O candidato comunista terminou a sua digressão eleitoral pelo distrito de Setúbal participando num breve comício em Alcácer do Sal, onde uma grande concentração popular o aguardava.

OCTÁVIO PATO NA MADEIRA

Na continuação do programa da sua campanha eleitoral, Octávio Pato, candidato do PCP à Presidência da República, deslocou-se ontem à ilha da Madeira, tendo participado em várias iniciativas promovidas pela organização local do Partido Comunista no intuito de dar a conhecer a todo o povo português os objectivos da candidatura.

Da deslocação do candidato daremos uma informação mais detalhada no próximo número.

EM GRÂNDOLA

Depois de um jantar na Sociedade da Caninha, em Sines, com peixe oferecido pelos pescadores, Octávio Pato seguiu para Grândola. No percurso a caravana foi obrigada a parar por duas vezes. A primeira em S. Bartolomeu da Serra, pequena povoação, onde dezenas de

TRABALHADORAS E CIDADÃS APOIAM OCTÁVIO PATO

A Comissão de Apoio de Mulheres à candidatura do camarada Octávio Pato à Presidência da República apela para a defesa do processo revolucionário

A Comissão de Apoio de Mulheres à Candidatura de Octávio Pato à Presidência da República, constituída por operárias, camponesas, empregadas, intelectuais e donas de casa, trabalhadoras e cidadãs conscientes de que a sua

participação é indispensável para a consolidação da democracia, a independência nacional, a construção de uma sociedade socialista, realiza na próxima terça-feira um grande comício.

Entretanto, esta comissão que conta já com cerca de duas centenas de adesões de mulheres comunistas e outras democratas divulgou o seu manifesto no Comício de Abertura da Campanha, da Candidatura de Octávio Pato efectuado no passado dia 12 na Alameda Afonso Henriques.

No manifesto da Comissão de Apoio de Mulheres à Candidatura de Octávio Pato, lido por Fernanda Lapa, chama-se a atenção para a responsabilidade das mulheres, que constituem 53% do eleitorado, através do voto, assegurarem «a defesa das liberdades, da Reforma Agrária, do Controlo Operário, das Nacionalizações, a institucionalização da democracia, numa palavra, das grandes conquistas revolucionárias consagradas na Constituição, objectivo só possível com a

formação de um governo capaz de conduzir uma autêntica política de esquerda».

Destacando que a candidatura do Partido Comunista Português constitui a contribuição positiva para a concretização de uma política de esquerda, analisa-se no manifesto diversos aspectos da situação política e económica do país que denunciam «a inexistência de uma política de esquerda, de uma política verdadeiramente popular», nomeadamente no que respeita à situação da mulher trabalhadora.

«Na verdade, não foram solucionadas questões fundamentais, tais como a resolução do problema das suas múltiplas tarefas de trabalhadoras, donas de casa e mães, nem se prosseguiu uma política consequente de assistência à criança. Por outro lado, os preços dos géneros de primeira necessidade, habitação e alimentação, continuam a subir, a onda de criminalidade fomentada pela reacção atinge proporções cada vez mais graves, assistimos ao multiplicar de tentativas de recuperação do capitalismo, à actividade impune de bandos terroristas e ao avanço das forças de direita nos órgãos do poder».

«No entanto, prossegue o manifesto, o poder do movimento popular de massas em aliança com o MFA, impôs uma Constituição na qual os nossos direitos enquanto trabalhadoras, mães e cidadãs, estão, no fundamental, assegurados».

Depois de salientar a demagogia das campanhas dos partidos reaccionários e das forças conservadoras relativamente à população feminina da qual vastas camadas permanecem marcadas pela política de obscurantismo do regime fascista, o manifesto apela para que as mulheres se não deixem enganar por adulações nem falsas promessas, concluindo que «meio século de ditadura demonstrou à sociedade que das forças de direita e conservadoras só podemos esperar exploração e repressão».

A terminar, a Comissão de Apoio de Mulheres à Candidatura de Octávio Pato exorta as mulheres portuguesas à defesa das liberdades, da Reforma Agrária, das Nacionalizações, do Controlo Operário, da Constituição, da unidade da classe operária e do movimento sindical, das massas populares, das forças democráticas, da aliança entre o Povo e o MFA e da unidade das Forças Armadas:

«Apoiemos, pois, Octávio Pato, candidato à presidência da República! Apoie a candidatura comunista, desenvolvamos em torno dela um amplo e vigoroso movimento de opinião pública, um poderoso movimento popular por uma maioria de esquerda, por um governo de esquerda, por uma política de esquerda».



No Cacém, bem como noutros locais, as massas trabalhadoras exprimiram o seu inequívoco apoio à candidatura do camarada Octávio Pato

OCTÁVIO PATO COM A POPULAÇÃO VENDA NOVA, QUELUZ E CACÉM

Na cintura industrial de Lisboa, o camarada Octávio Pato salientou a votação na candidatura comunista como um contributo para a unidade das forças democráticas, civis e militares

O perigo das manobras divisionistas que apenas procuram minar a base de apoio do Partido Comunista Português e as tentativas da direita reaccionária que procura recuperar a derrota sofrida nas eleições para a Assembleia da República foram denunciados pelo camarada Octávio Pato em comícios realizados na passada semana na Venda Nova, Queluz e Cacém. Em todos eles a presença da classe operária e da população em geral veio mais uma vez reafirmar o prestígio do nosso Partido nas zonas de maior confluência das massas trabalhadoras.

Na Venda Nova, uma vasta multidão concentrada no largo fronteiriço ao edifício do Pão de Açúcar saudou entusiasticamente o candidato do nosso Partido. Ai, Octávio Pato recordou a grande votação alcançada na região pelo nosso Partido nas eleições para a Assembleia da República, salientando as grandes tradições de luta dos operários da região industrial de Lisboa, nomeadamente da Cometa e da Sorefame, as quais se enraizaram na resistência antifascista. Aludindo à necessidade de concretizar uma maioria política de esquerda que reflecta a maioria numérica de esquerda já existente e pela qual o povo português votou inequivocamente, Octávio Pato apontou o exemplo vivido em Portel quando da sua recente deslocação ao Alentejo, ao deparar, numa cooperativa agrícola, com as bandeiras do PCP e do PS hasteadas, lado a lado, como um símbolo da magnífica

unidade democrática que une comunistas e socialistas em locais de trabalho. Destacando a importância desta unidade, garantia da derrota da reacção, o camarada Octávio Pato fez votos para que mais bandeiras dos dois partidos se ergam lado a lado.

Os trabalhadores não podem colocar-se à margem da luta por um governo de esquerda, referiu o camarada Octávio Pato, concluindo que apoiar a candidatura comunista é dar força às condições para formação desse Governo.

Em Queluz e no Cacém, perante a grande vibração de trabalhadores e outros populares, o camarada Octávio Pato voltou a referir-se à acção divisionista dos grupos que apoiam a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho, assinalando que nem o candidato nem esses grupos de apoio poderão influir na composição dos órgãos do poder pois não é apenas com um voto que contam na Assembleia da República que será possível concretizar a maioria de esquerda.

«A única candidatura que se apresenta com clareza ao nosso povo é a candidatura comunista. Ela é clara porque visa confirmar a opção de esquerda do nosso povo, porque visa contribuir para a

formação de um Governo de esquerda. Uma grande votação no candidato comunista será um poderoso contributo para a unidade de todas as forças e de todos aqueles, civis e militares, que estão com as liberdades, com a Constituição», declarou o camarada Octávio Pato saudado com vibrante calor pelas massas populares.

VOTAR NA CANDIDATURA COMUNISTA É LUTAR POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

ESCLARECIMENTO DA SIP

Muitas pessoas se têm dirigido aos Serviços de Apoio à Candidatura de Octávio Pato para inquirir dos motivos por que não foram transmitidos pela Radiodifusão Portuguesa os programas de domingo desta candidatura.

A SIP do PCP esclarece que as bobines com esses programas (intrinsecamente elaborados e em perfeitas condições técnicas) haviam sido entregues com 23 horas e 25 minutos de antecedência (em relação ao programa das 13,50 h de domingo), e com 28 horas e 40 minutos de antecedência (em relação ao programa das 19,05 h de domingo).

Todavia, a entrega, por motivo de força maior, das bobines no sábado, pelas 14,25 h, traduziu-se num atraso em relação ao horário de gravação, pelo que aplicando formalmente o regulamento das emissões, a GTEE da RDP se recusou a transmitir os programas no domingo.

OCTÁVIO PATO

«...a nossa luta, por mais difícil que seja, é uma luta em prol dos interesses da classe operária, do povo português, da nossa Pátria»...



PELA DEMOCRACIA PELO SOCIALISMO

Textos da clandestinidade e discursos 1974/76

À venda nas boas livrarias e na feira do livro
Pedidos a CDL
Central Distribuidora Livreira - Av. Santos Dumont, 57-C-Lisboa 1

SESSÕES DE AUTÓGRAFOS NO STAND DAS edições Avante! NA FEIRA POPULAR DE LISBOA

Presença de **OCTÁVIO PATO**

Candidato do PCP à Presidência da República na próxima 5.ª-feira, às 18 horas para autografar o seu livro

PELA DEMOCRACIA PELO SOCIALISMO
Textos da clandestinidade e discursos 1974/76